

**Companhia de Geração  
Térmica de Energia Elétrica**

**Demonstrações financeiras intermediárias  
em 30 de junho de 2015**

## **Demonstrações financeiras**

Balancos patrimoniais intermediários.....	03
Demonstrações intermediárias do resultado.....	04
Demonstrações intermediárias do resultado abrangente.....	05
Demonstrações intermediárias das mutações do patrimônio líquido.....	06
Demonstrações intermediárias dos fluxos de caixa.....	07
Demonstrações intermediárias do valor adicionado.....	08

## **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras**

1	Informações gerais.....	9
2	Desempenho operacional (*).....	12
3	Das concessões de serviço público de energia elétrica.....	13
4	Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias.....	17
5	Caixa e equivalentes de caixa.....	17
6	Clientes.....	18
7	Tributos a recuperar.....	19
8	Direito de ressarcimento – CCC / CDE.....	21
9	Almoxarifado.....	21
10	Imobilizado.....	22
11	Intangível.....	23
12	Fornecedores.....	24
13	Financiamentos e empréstimos.....	25
14	Tributos e contribuições sociais a recolher.....	26
15	Encargos setoriais.....	27
16	Obrigações estimadas.....	27
17	Provisão para contingências.....	27
18	Benefícios pós-emprego.....	33
19	Remuneração aos acionistas.....	34
20	Adiantamento para futuro aumento de capital.....	34
21	Outros passivos.....	35
22	Imposto de renda e contribuição social.....	36
23	Patrimônio líquido.....	37
24	Receita operacional líquida.....	38
25	Custos e despesas operacionais.....	39
26	Resultado financeiro.....	40
27	Remuneração do pessoal-chave da administração.....	40
28	Instrumentos financeiros.....	41
29	Estimativa do valor justo.....	41
30	Gestão de capital.....	43
31	Gestão de risco financeiro.....	43
32	Análise de sensibilidade.....	46
33	Saldos e transações com partes relacionadas.....	46
34	Compromissos operacionais de longo prazo.....	47
35	Seguros.....	49
36	Eventos subsequentes.....	49

(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Balancos patrimoniais intermediários em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais

ATIVO	Nota	30/06/2015	31/12/2014	PASSIVO E PASSIVO A DESCOBERTO	Nota	30/06/2015	31/12/2014
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.931	25.717	Fornecedores	12	158.703	264.375
Clientes	6	24.922	98.614	Financiamentos e empréstimos	13	233.731	224.318
Tributos a recuperar	7	7.154	3.860	Tributos e contribuições sociais a recolher	14	18.693	14.123
Direitos de ressarcimento - CCC / CDE	8	66.301	62.346	Obrigações estimadas	16	9.942	13.233
Almoxarifado	9	25.437	53.134	Encargos setoriais	15	1.875	1.863
Outros ativos		4.512	1.312	Provisões para contingências	17	37.075	32.082
Total do circulante		<u>132.257</u>	<u>244.983</u>	Benefícios pós-emprego	18.2	532	1.590
				Remuneração aos acionistas	19	70.083	66.195
				Outros passivos	21	23.705	19.486
				Total do circulante		<u>554.339</u>	<u>637.265</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Realizável a longo prazo				Fornecedores	12	21.284	21.284
Tributos a recuperar	7	27.834	27.834	Financiamentos e empréstimos	13	2.038.517	1.830.496
Almoxarifado	9	167.233	105.778	Benefícios pós-emprego	18.2	1.614	1.614
Depósitos judiciais	17	5.722	6.653	Adiantamento para futuro aumento de capital	20	105.580	18.391
Total do realizável a longo prazo		<u>200.789</u>	<u>140.265</u>	Provisão para passivo atuarial	18	3.508	3.508
				Total do não circulante		<u>2.170.503</u>	<u>1.875.293</u>
				Total do passivo		<u>2.724.842</u>	<u>2.512.558</u>
				<b>PASSIVO A DESCOBERTO</b>			
Imobilizado	10	1.544.799	1.571.944	Capital social	23.1	845.510	845.510
Intangível	11	2.046	2.314	Reserva de lucros	23.2	2.596	2.596
Total do não circulante		<u>1.747.634</u>	<u>1.714.523</u>	Ajustes de avaliação patrimonial		(31.817)	(31.817)
				Prejuízos acumulados		(1.661.240)	(1.369.341)
				Total do passivo a descoberto		<u>(844.951)</u>	<u>(553.052)</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u><b>1.879.891</b></u>	<u><b>1.959.506</b></u>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PASSIVO A DESCOBERTO</b>		<u><b>1.879.891</b></u>	<u><b>1.959.506</b></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Demonstrações intermediárias do resultado

Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2015 e 2014

Em milhares de reais

	Nota	30/06/2015	2º trimestre de 2015	30/06/2014	2º trimestre de 2014
<b>Receita operacional líquida</b>	24	<b>174.964</b>	<b>54.544</b>	<b>158.919</b>	<b>83.938</b>
<b>Custos e despesas operacionais</b>	25	<b>(304.146)</b>	<b>(98.919)</b>	<b>(338.889)</b>	<b>(197.774)</b>
Energia elétrica comprada para revenda		(96.115)	2.829	(125.993)	(85.610)
Encargos de uso da rede de transmissão		(18.065)	(8.935)	(14.172)	(7.169)
Pessoal		(47.804)	(24.456)	(57.637)	(30.785)
Material		(46.820)	(22.354)	(45.932)	(25.679)
Serviço de terceiros		(30.120)	(15.814)	(47.168)	(28.447)
Depreciação e amortização		(39.885)	(19.490)	(36.487)	(18.096)
Combustíveis para produção de energia		(84.576)	(43.572)	(63.607)	(31.416)
(-) Recuperação de despesas - subvenção de combustíveis		79.227	40.853	58.151	29.076
Outros		(19.988)	(7.980)	(6.044)	352
<b>Resultado do serviço de energia elétrica</b>		<b>(129.182)</b>	<b>(44.375)</b>	<b>(179.970)</b>	<b>(113.836)</b>
<b>Outras receitas/despesas</b>		<b>296</b>	<b>181</b>	<b>4.536</b>	<b>69</b>
<b>Resultado financeiro</b>	26	<b>(163.013)</b>	<b>(80.719)</b>	<b>(100.359)</b>	<b>(49.084)</b>
Receita financeira		529	313	28.561	5.840
Despesa financeira		(163.542)	(81.032)	(128.920)	(54.924)
<b>Prejuízo operacional antes dos impostos</b>		<b>(291.899)</b>	<b>(124.913)</b>	<b>(275.793)</b>	<b>(162.851)</b>
<b>Prejuízo do período</b>		<b>(291.899)</b>	<b>(124.913)</b>	<b>(275.793)</b>	<b>(162.851)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações intermediárias do resultado abrangente  
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2015 e 2014  
Em milhares de reais

---

	<u>30/06/2015</u>	<u>2º trimestre de 2015</u>	<u>30/06/2014</u>	<u>2º trimestre de 2014</u>
Prejuízo do período	<u>(291.899)</u>	<u>(124.913)</u>	<u>(275.793)</u>	<u>(162.851)</u>
Total do resultado abrangente	<u>(291.899)</u>	<u>(124.913)</u>	<u>(275.793)</u>	<u>(162.851)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

## Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações intermediárias das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) em 30 de junho de 2015 e 2014  
Em milhares de reais

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	845.510	(56.605)	2.596	(889.229)	(97.728)
Prejuízo do período	-	-	-	(275.793)	(275.793)
<b>Saldo em 30 de junho de 2014</b>	<b>845.510</b>	<b>(56.605)</b>	<b>2.596</b>	<b>(1.165.022)</b>	<b>(373.521)</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	845.510	(31.817)	2.596	(1.369.341)	(553.052)
Prejuízo do período	-	-	-	(291.899)	(291.899)
<b>Saldo em 30 de junho de 2015</b>	<b>845.510</b>	<b>(31.817)</b>	<b>2.596</b>	<b>(1.661.240)</b>	<b>(844.951)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações intermediárias dos fluxos de caixa  
Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2015 e 2014  
Em milhares de reais

	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2014</u>
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resultado antes dos impostos	(291.899)	(275.793)
Prejuízo do período	<b>(291.899)</b>	<b>(275.793)</b>
<b>Ajustes no resultado por:</b>		
Depreciação e amortização	41.404	39.071
Baixa de ativo imobilizado e intangível	6	52.294
Encargos financeiros apropriados	135.239	80.232
Encargos financeiros sobre dividendos não distribuídos	3.888	2.997
Variações monetárias e cambiais líquidas	225	7.368
Provisões para contingências	4.993	2.887
Total de ajustes	<b>185.755</b>	<b>184.849</b>
<b>Variações nos ativos e passivos operacionais:</b>		
Redução em clientes	73.692	10.720
(Aumento) redução em tributos a recuperar	(3.294)	7.071
Redução em cauções e depósitos vinculados	931	394
Aumento em direito de ressarcimento	(3.955)	(59.457)
Aumento em almoxarifado	(33.758)	(8.788)
(Aumento) redução em outros ativos	(3.200)	5.821
(Redução) aumento em fornecedores	(105.897)	2.260
Aumento em tributos e contribuições sociais a recolher	4.570	8.394
Redução em obrigações estimadas	(3.291)	(6.682)
Aumento (redução) em encargos setoriais	12	(9.161)
Aumento (redução) em outros passivos	2.286	(10.120)
Total de variações	<b>(71.904)</b>	<b>(59.548)</b>
Pagamento de encargos financeiros	(18.802)	(13.206)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>(196.850)</b>	<b>(163.698)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisições de ativo imobilizado	(13.966)	(68.209)
Aquisições de ativo intangível	(31)	(31)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(13.997)</b>	<b>(68.240)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital	85.274	13.794
Ingresso de financiamentos e empréstimos	177.956	245.243
Amortização do principal de financiamentos e empréstimos	(74.169)	(18.529)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>189.061</b>	<b>240.508</b>
<b>(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(21.786)</b>	<b>8.570</b>
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>3.931</b>	<b>25.673</b>
<b>Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>25.717</b>	<b>17.103</b>
<b>(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(21.786)</b>	<b>8.570</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstrações intermediárias do valor adicionado  
Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2015 e 2014  
Em milhares de reais

	<b>30/06/2015</b>	<b>30/06/2014</b>
RECEITAS		
Suprimento de energia elétrica	191.234	175.083
Outras receitas operacionais	1.995	6.787
	<u>193.229</u>	<u>181.870</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (INCLUI ICMS E IPI)		
Energia elétrica comprada para revenda	(96.115)	(125.993)
Serviços de terceiros	(30.120)	(47.168)
Materiais	(46.820)	(45.932)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(84.576)	(63.607)
(-) Recuperação de despesas - subvenção combustíveis	79.227	58.151
Outros custos operacionais	(36.091)	(23.323)
	<u>(214.495)</u>	<u>(247.872)</u>
VALOR ADICIONADO NEGATIVO BRUTO	<u>(21.266)</u>	<u>(66.002)</u>
Quotas de reintegração (depreciação e amortização)	<u>(39.885)</u>	<u>(36.487)</u>
VALOR ADICIONADO NEGATIVO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	<u>(61.151)</u>	<u>(102.489)</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	529	28.561
Outras receitas - aluguéis	10	13
	<u>539</u>	<u>28.574</u>
<b>VALOR ADICIONADO NEGATIVO A DISTRIBUIR</b>	<b><u>(60.612)</u></b>	<b><u>(73.915)</u></b>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Colaboradores	38.709	43.737
Governo	32.038	33.890
Agentes financeiros e aluguéis	160.540	124.251
Retenção/distribuição de prejuízo do exercício	(291.899)	(275.793)
<b>VALOR ADICIONADO NEGATIVO DISTRIBUÍDO</b>	<b><u>(60.612)</u></b>	<b><u>(73.915)</u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.



# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

## 1 Informações gerais

A Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE ("Companhia" ou "Eletrobras CGTEE"), é uma sociedade de economia mista integrante do grupo controlado pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras ("controladora" ou "Eletrobras"). Foi constituída em 28 de julho de 1997, e está inscrita no CNPJ sob o nº 02.016.507/0001-69.

A Companhia tem sede e Foro na cidade de Porto Alegre - capital do Estado do Rio Grande do Sul, podendo, a critério da Diretoria, criar sucursais, filiais, agências e escritórios nesta mesma cidade ou em qualquer outra parte do território nacional ou estrangeiro, observada a legislação vigente.

A Companhia tem por objeto social, conforme o seu estatuto:

- (a) realizar estudos, projetos, construções e operações de usinas produtoras de energia elétrica, de instalações de transmissão e de transformação de energia elétrica e serviços correlatos, inclusive sistemas de informática e a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades, podendo participar de outras sociedades para a realização de seus objetivos sociais, observada a legislação vigente;
- (b) desenvolver atividades associadas à prestação de serviços de produção, transformação e transmissão de energia elétrica, inclusive: transmissão de dados através de suas instalações, observada a legislação pertinente; prestação de serviços técnicos de planejamento, operação, manutenção de instalações elétricas, reparos e conservação de peças e equipamentos de terceiros; serviços de otimização de processos energéticos e instalações elétricas de autoprodutor e produtor independente, com a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades; cessão onerosa de faixas de servidão de linhas e áreas de terra exploráveis de usinas e reservatórios, visando a maior eficiência no uso da eletricidade;
- (c) integrar grupos de estudo, consórcios, grupos de sociedade ou quaisquer outras formas associativas com vista a pesquisas de interesse do setor energético, à formação de pessoal técnico a ela necessário, bem como à prestação de serviços de apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro a outras empresas;
- (d) associar-se, mediante prévia e expressa autorização do Conselho de Administração da Eletrobras, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedade, com ou sem aporte de recursos, no Brasil ou no exterior, com ou sem poder de controle, que se destinem à exploração da produção de energia elétrica sob o regime de concessão ou autorização, direta ou indiretamente;
- (e) comercializar, mediante prévia e expressa autorização do Conselho de Administração da Eletrobras, direitos de uso ou de ocupação de torres, instalações eletroenergéticas e prediais, equipamentos e instrumentos e demais partes que possam constituir recurso de infraestrutura de telecomunicações da Empresa;
- (f) principal atividade operacional:

Através do Contrato de Concessão nº 067, firmado com a União Federal, através da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a Companhia detém concessão de geração para as seguintes usinas termelétricas: Usina Presidente Médici, Fases A e B, localizada no município de Candiota; Usina de São Jerônimo, localizada no município de São Jerônimo; e Usina NUTEPA, localizada no Município de Porto Alegre, todas no Estado do Rio Grande do Sul. O referido Contrato de Concessão tem vigência até 7 de julho de 2015. O parque gerador, sob concessão, da Companhia possui potência instalada e em operação de 490 MW. Estas usinas serão afetadas pela Lei nº 12.783/13, conforme a Nota 3. Além da concessão citada, detém autorização, por meio da Portaria MME nº 304,

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

de 17 de setembro de 2008, para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, mediante a implantação da Central Geradora Termelétrica denominada UTE Candiota III, Fase C, localizada no Município de Candiota, com capacidade instalada de 350 MW. A nova usina foi implantada e entrou em operação comercial em 1º de janeiro de 2011. A energia gerada pela nova usina foi comercializada no Leilão de Energia, Edital ANEEL 002-2005, realizado em 16 de dezembro de 2005, para suprimento a 31 distribuidoras de todo o País, pelo período de 15 anos, de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2024. Esta usina não será afetada pela Lei nº 12.783/13.

Com a instalação da usina Candiota III (Fase C), a Companhia passou a contar com potência instalada total de 840 MW, cuja geração efetiva atende a despacho do ONS (Operador Nacional do Sistema).

### Situação financeira

A Companhia apresentou, em 30 de junho de 2015, um prejuízo de R\$ 291.899, ante um prejuízo de R\$ 275.793 em 30 de junho de 2014. Os resultados apresentados nos exercícios determinaram um passivo a descoberto em R\$ 844.951 em 30 de junho de 2015 (R\$ 553.052 em 31 de dezembro de 2014).

Os resultados apresentados em 30 de junho de 2015 tiveram como principais causas:

- Aumento da receita com suprimento de energia em 9,2% comparada ao mesmo período de 2014, em função do acréscimo na receita do mercado de curto prazo em 2015.

- Redução dos custos e despesas operacionais em 10,3% em comparação ao mesmo período de 2014. As principais variações ocorreram nos gastos com compra de energia, que tiveram uma queda de 23,7% em relação a 2014, em função da existência, no primeiro semestre de 2014, de liquidações financeiras da Câmara de comercialização de energia elétrica (CCEE) a débito da Companhia; nos gastos com pessoal, que apresentaram uma redução de 17,1% em relação a 2014; e nos gastos com serviços de terceiros, que tiveram uma queda de 36,1% em comparação ao mesmo período de 2014.

- Aumento da despesa financeira em 26,9%, impulsionado pelos encargos financeiros sobre a dívida, que tiveram uma elevação de 68,7% em relação ao mesmo período de 2014, em função de novas captações de empréstimos,

O total do passivo circulante, em 30 de junho de 2015, foi de R\$ 554.339 (R\$ 637.265 em 31 de dezembro de 2014). Deste total, R\$ 303.814 (R\$ 290.513 em 31 de dezembro de 2014) são referentes ao financiamento da UTE Candiota III (Fase C), da revitalização da UTE Candiota II (Fase B), dividendos não distribuídos e demais empréstimos para custeio contraídos junto a Eletrobras.

Para as principais atividades de investimentos, como a revitalização da Fase B da UTE Presidente Médici e do termo de ajustamento de conduta (TAC) assumido com o IBAMA, a Companhia conta com o apoio financeiro da Eletrobras, através do financiamento destas obras via empréstimos com recursos da RGR e pela integralização de recursos destinados ao aumento de capital social (AFAC) no caso específico do TAC das Fases A e B.

Diante do quadro atual, a Companhia mantém tratativas permanentes junto a *holding* para viabilizar ações que possibilitem a sua recuperação técnica e financeira, onde neste sentido houve a aprovação ( Del-106/2014) do Plano de Negócios pelo Conselho de Administração na reunião realizada em Brasília no dia 29/09/2014, destacando-se as seguintes ações:

- Usinas de São Jerônimo e Nutepa: estas unidades estão com operação comercial suspensa (DTPJ: UG1 em 02/12/2011, UG2 e UG3 em 11/07/2014 – DTPP: em 06/10/2011). No momento estão em processo de avaliação quanto à desativação, devido ao término de vida

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

útil, tecnologia obsoleta, baixíssimo rendimento e por consequência, alto custo operacional. Tais unidades já estão com saldo contábil zero;

- Usina Presidente Médici (Fases A e B): necessitarão de recursos para revitalização e adequação ambiental (TAC), buscando o cumprimento dos contratos de venda de energia vinculados a elas que finalizam em 2015 e 2016. A Fase A, conforme o TAC, deverá ser desativada após 31 de dezembro de 2017. A Fase B deverá operar até 2032, estando com protocolo junto à ANEEL de renovação da concessão. Os investimentos previstos e realizados para conclusão dos projetos em curso e recuperação da potência nominal das unidades geram perspectivas de equilíbrio econômico-financeiro para a Companhia, pois determinarão uma maior disponibilidade de geração de energia;
- UTE Candiota III (Fase C): o comprometimento de parte da receita da UTE Candiota III (Fase C), previsto nos contratos de venda de energia, quando há indisponibilidade da usina pelo não atendimento ao despacho do ONS, foi o principal fator de desequilíbrio em 2014. A Companhia obteve junto a ANEEL, em 28 de janeiro de 2014 a revogação da “Clausula 14”, dos referidos Contratos estando a mesma homologada através da Resolução ANEEL 599/2014. A revisão dos parâmetros técnicos desta unidade, de modo a mitigar eventuais penalidades, já está concluída junto a ANEEL, permanecendo ações da Companhia para ter seus efeitos aplicados integralmente em 2015, o que em conjunto com a melhoria de performance já verificada, sinaliza maior equilíbrio de receita.
- Cabe ainda destacar que a Eletrobras CGTEE está tendo todo o suporte da *holding* para sua manutenção operacional, bem como para execução dos investimentos futuros necessários. Destaca-se, também, as tratativas para renegociação dos contratos de empréstimos e financiamentos, cuja aprovação pelo Conselho de Administração da Eletrobras ocorreu em 29/09/2014, através da DEL-106/2014, como parte integrante do Plano de Negócios da empresa.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### 2 Desempenho operacional (\*)

A geração total de energia elétrica da Eletrobras CGTEE no 1º semestre de 2015 foi de 1.174,516 GWh (1.245,865 GWh no 1º semestre de 2014). A geração das Fases A e B da usina Presidente Médici ficou em 291,147 GWh (220,945 GWh no 1º semestre de 2014). Na Fase C a geração atingiu a marca de 883,368 GWh (1.024,920 GWh no 1º semestre de 2014). Nas Usinas de São Jerônimo e NUTEPA, não houve geração neste 1º semestre. Houve redução na geração no 1º semestre de 2015 de cerca de 5,721%, em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Em função do volume de venda dos contratos de energia, associado com a entrada em eficácia dos novos valores de garantia física, válidos desde janeiro de 2008, e os problemas técnicos enfrentados pelas Usinas, a Companhia vinha sofrendo penalidades por insuficiência de lastro perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Desde fevereiro de 2009, para solucionar este problema a Companhia vem adquirindo sistematicamente montantes de energia, através da participação em leilões de venda de energia, evitando a exposição diante da CCEE. As aquisições de energia foram mantidas neste 1º semestre, prevendo a recuperação e manutenção dos índices de disponibilidade. Neste 1º semestre foram adquiridos 586,575 GWh em leilões de compra de energia.

Diante destas ações, a Companhia vem evitando penalidades e melhorando seu desempenho econômico devido a comparação entre o custo da energia adquirida e o valor desta energia no mercado de curto prazo (MCP). Lembramos que neste 1º semestre de 2015 o valor da energia no MCP (preço de liquidação das diferenças – PLD) atingiu seu valor médio de R\$ 385,09/MWh no submercado Sul, e de R\$ 291,79/MWh no submercado Norte (onde foi adquirida a energia).

A Disponibilidade Geral das Unidades da Eletrobras CGTEE (DISPGR) no 1º semestre de 2015 foi de 31,40% nas Fases A e B e de 75,62% na Fase C – Candiota III, totalizando uma disponibilidade da Eletrobras CGTEE de 53,43% (52,50% no 1º semestre de 2014). O DISPGR é calculado com base nos dados de TEIF e TEIP verificados pelo ONS em comparação com os dados de referência.

A disponibilidade do 1º semestre de 2015 ficou superior ao mesmo período de 2014 em função da alteração da metodologia de cálculo do indicador DISPGR, tendo em vista que foram excluídas do cálculo do DISPGR as unidades geradoras que encontram-se com a operação comercial suspensa, no caso da Companhia, as UTE's São Jerônimo, Nutepa e Fase A da Presidente Médici.

(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 3 Das concessões de serviço público de energia elétrica

A Companhia detém as seguintes concessões e autorizações de serviço público de energia elétrica junto à ANEEL, cujo detalhamento, capacidade instalada e prazos de vencimentos estão listados a seguir:

Usinas termelétricas	Capacidade instalada (MW) (iii)	Data da concessão / autorização	Data de encerramento
UTE Presidente Médici (Fases A e B) (i)	446	8/7/1995	7/7/2015
UTE São Jerônimo (i)	20	8/7/1995	7/7/2015
UTE Nutepa (i)	24	8/7/1995	7/7/2015
UTE Candiota III (Fase C) (ii)	350	18/7/2006	17/7/2041

(i) Contrato de Concessão nº 067/2000, ANEEL.

(ii) Autorização conforme Portaria MME nº 304/2008 de 17 de setembro de 2008.

(iii) Dados não revisados pelo auditor independente.

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória nº 579, regulamentada pelo Decreto 7.805, de 14 de setembro de 2012, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a redução dos encargos setoriais, a modicidade tarifária e outras providências. As medidas adotadas pelo Governo Federal visam, também, beneficiar os consumidores de energia elétrica através da redução de três componentes tarifários: custo de geração, custo de transmissão e encargos setoriais. Esta Medida Provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei 12.783/2013 e passou a ser regulamentada pelo Decreto 7.891/2013, emitido em 23 de janeiro de 2013.

A prorrogação prevista depende da aceitação expressa (Termoeletricidade) dos critérios de remuneração, alocação da energia e padrões de qualidade, constantes na Lei, estando prevista a indenização dos ativos ainda não amortizados ou depreciados com base no valor novo de reposição - VNR.

As concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica que não forem prorrogadas por meio da aceitação das condições apresentadas pelo Poder Concedente, materializada pela assinatura de Termo Aditivo aos atuais contratos de concessão, nos termos da Lei nº 12.783/2013, serão licitadas quando do encerramento do atual prazo (2015), na modalidade leilão ou concorrência, por até trinta anos.

### 3.1 Impactos no negócio geração afetados diretamente pela Lei nº 12.783/13

Nos estudos da Eletrobras CGTEE, visando definir o VNR dos empreendimentos afetados, foram realizadas as devidas adaptações técnicas para cada usina, levando em conta a vida útil contábil e as respectivas taxas de depreciação conforme Manual de Patrimônio da ANEEL.

Os empreendimentos térmicos exigem, durante sua vida técnica e econômica, a realização de grandes manutenções, reformas e aprimoramentos de projetos que recuperam a sua capacidade operacional e, por consequência, estendem sua vida útil. Neste aspecto estamos realizando um largo programa de investimentos que foi iniciado em 2010, visando a recuperação da capacidade operacional da Usina Presidente Médici, com base nos seguintes pontos críticos:

- Substituição de 33 % da área de troca de calor (parede d'água) das caldeiras das unidades 3 e 4, incluindo alteração de projeto;

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

- Substituição total do sistema de supervisão e controle das unidades 3 e 4;
- Recuperação dos sistemas de pré-aquecimento de água de alimentação das quatro unidades, através da reforma integral de todos os trocadores de calor;
- Reforma integral da torre de refrigeração úmida, incluindo alteração de projeto;
- Implantação de sistema de amostragem contínua de água e vapor nas unidades 3 e 4, para controle da qualidade do processo;
- Aquisição de rotor de baixa pressão e componentes para uma turbina da Fase B, visando recomposição da potência nominal;
- Manutenção integral dos geradores elétricos das unidades 3 e 4;
- Aquisição de nova planta de produção de água desmineralizada;
- Substituição de válvulas de segurança das caldeiras e turbinas.

O programa acima está em fase final, restando apenas a instalação do novo rotor da turbina de baixa pressão e manutenção de gerador elétrico, e conclusão da planta de água desmineralizada. As intervenções implicam em recomposição de vida útil dos equipamentos e sistemas.

Com estes posicionamentos, e através de projeções e estudos de engenharia, a Companhia apurou o VNR das concessões afetadas pelos efeitos da Lei nº 12.783/2013, conforme comentários na nota 3.3.

No momento atual a Companhia não tem como determinar qual será sua receita bruta e líquida após a efetivação do processo de renovação das concessões por falta de regulamentação.

### 3.2 Informações e decisões da Companhia

A Companhia detém concessões de 840 MW de capacidade instalada e já manifestou interesse na renovação das concessões na data prevista em lei, 15 de outubro de 2012, através de correspondência à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em função da falta de regulamentação, a Companhia aguarda definições como valor da indenização, modelo de contrato, tarifas a serem praticadas e outros detalhes inerentes a nova formatação de negócio proposta pelo Governo.

A Companhia está se preparando para identificar com a máxima celeridade possível estudos para definir após divulgação das regras de renovação para os concessionários os seguintes pontos;

- Potenciais impactos da alocação de cotas para o Mercado Regulado (cativo-distribuidoras);
- Tributação da indenização e outros impactos tributários;
- Empréstimos e financiamentos vinculados às concessões diretamente pela Lei nº 12.783/13 e impactos nas cláusulas restritivas dos empréstimos (*covenants*);
- Passivo sócio ambiental, passivos relacionados às ações judiciais e contingências;
- Riscos não contemplados na definição da tarifa.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Estes impactos refletem diretamente a modelagem a ser utilizada para a geração termoelétrica pela falta de regulamentação.

A Companhia detém as seguintes concessões afetadas pela Lei nº 12.783/13:

<b>Ativos afetados</b>	<b>Valor residual regulatório 30/06/2015</b>	<b>Valor residual contábil 30/06/2015</b>	<b>VNR líquido 30/06/2015</b>
UTE São Jerônimo	5.099	5.099	-
UTE Nutepa	3.842	3.842	-
UTE Presidente Médici	385.225	385.225	400.146
Total afetados	394.166	394.166	400.146

<b>Ativos afetados</b>	<b>Valor residual regulatório 31/12/2014</b>	<b>Valor residual contábil 31/12/2014</b>	<b>VNR líquido 31/12/2014</b>
UTE São Jerônimo	5.383	5.383	-
UTE Nutepa	3.856	3.856	-
UTE Presidente Médici	257.143	257.143	256.257
Total afetados	266.382	266.382	256.257

Como concessão não afetada pela Lei nº 12.783/2013, a Companhia detém a autorização da UTE Candiota III (Fase C) até 2041, que, no momento, não é atingida pela alteração da legislação:

<b>Ativos não afetados</b>	<b>Valor residual regulatório 30/06/2015</b>	<b>Valor residual contábil 30/06/2015</b>	<b>VNR líquido 30/06/2015</b>
UTE Candiota III (Fase C)	1.126.733	1.126.733	Não aplicável
Total não afetados	1.126.733	1.126.733	-

<b>Ativos não afetados</b>	<b>Valor residual regulatório 31/12/2014</b>	<b>Valor residual contábil 31/12/2014</b>	<b>VNR líquido 31/12/2014</b>
UTE Candiota III (Fase C)	1.152.115	1.152.115	Não aplicável
Total não afetados	1.152.115	1.152.115	-

### 3.3 Apresentação dos impactos contábeis

A Companhia identificou como único impacto possível de mensuração, através de estudos internos, o VNR (Valor Novo de Reposição) a ser utilizado como possível de indenização conforme previsão legal e expectativa da Companhia. A Companhia apurou o impacto no ativo imobilizado em serviço e em curso, e constituiu uma provisão de R\$ 22.280, reduzindo o saldo desses ativos em 31 de dezembro de 2014. Este valor reflete a expectativa de não serem indenizadas as unidades geradoras da UTE São Jerônimo, UTE Nutepa e UTE Candiota II (Fase A) e parcela de imobilizado em curso não passível de indenização, por não caracterizar expansão ou melhoria.

Em 30 de junho de 2015, não ocorreu novo provisionamento, pois a Administração não identificou uma indicação de que o valor recuperável tivesse reduzido significativamente. Nos quadros abaixo, a Companhia apresenta o resumo relativo ao impacto contábil em 31 de dezembro de 2014 e uma projeção do impacto em 30 de junho de 2015:

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Imobilizado em serviço em 30/06/2015

	Contábil	VNR líquido	Provisão (*)
Candiota II (Fase A)	9.628	-	(9.628)
Candiota II (Fase B)	375.597	400.146	-
São Jerônimo	5.099	-	(5.099)
Nutepa	3.842	-	(3.842)
Subtotal	<u>394.166</u>	<u>400.146</u>	<u>(18.569)</u>

### Imobilizado em curso em 30/06/2015

	Contábil	VNR líquido	Provisão (*)
Candiota II (Fase A)	3.413	-	(3.413)
Candiota II (Fase B)	40.373	42.802	-
São Jerônimo	-	-	-
Nutepa	-	-	-
Subtotal	<u>43.786</u>	<u>42.802</u>	<u>(3.413)</u>
<b>Total</b>	<u><u>437.952</u></u>	<u><u>442.948</u></u>	<u><u>(21.982)</u></u>

(\*) Provisões efetuadas com base nos saldos de 31 de dezembro de 2014.

### Imobilizado em serviço em 31/12/2014

	Contábil	VNR líquido	Provisão
Candiota II (Fase A)	9.628	-	(9.628)
Candiota II (Fase B)	247.515	256.257	-
São Jerônimo	5.383	-	(5.383)
Nutepa	3.856	-	(3.856)
Subtotal	<u>266.382</u>	<u>256.257</u>	<u>(18.867)</u>

### Imobilizado em curso em 31/12/2014

	Contábil	VNR líquido	Provisão
Candiota II (Fase A)	3.413	-	(3.413)
Candiota II (Fase B)	168.465	168.465	-
São Jerônimo	-	-	-
Nutepa	-	-	-
Subtotal	<u>171.878</u>	<u>168.465</u>	<u>(3.413)</u>
<b>Total</b>	<u><u>438.260</u></u>	<u><u>424.722</u></u>	<u><u>(22.280)</u></u>

Em 31 de dezembro de 2012, período no qual a Companhia manifestou interesse na renovação das concessões, o valor residual do ativo imobilizado em serviço, incluindo o ativo imobilizado em curso, líquido de ajustes de *impairment* e do Valor Novo de Reposição – VNR, correspondia a R\$ 356.937.



# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

## 4 Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

### 4.1 Base de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando o custo histórico como base de valor, bem como o valor justo para alguns ativos e passivos financeiros, compreendendo as disposições da legislação societária previstas na Lei 6.404/76, com as alterações da Lei 11.638/07, Lei 11.941/09, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como os demais pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) vigentes em 30 de junho de 2015.

### 4.2 Demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Contábil – CPC 21 “Demonstrações intermediárias”.

As políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, bem como os principais julgamentos e incertezas nas estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis, são consistentes com o praticado na preparação das demonstrações financeiras do exercício em 31 de dezembro de 2014, publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul em 17 de abril de 2015. As demonstrações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

As presentes demonstrações financeiras intermediárias foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 03 de agosto de 2015.

## 5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	3.931	7.709
Aplicações financeiras	-	18.008
<b>Total</b>	<b><u>3.931</u></b>	<b><u>25.717</u></b>

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 6 Clientes

A Companhia comercializa em leilões a energia elétrica produzida. O saldo a receber em 30 de junho de 2015 foi o seguinte:

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
2º Leilão CCEAR Energia existente - 2008/2015	12.661	12.942
4º Leilão CCEAR Energia existente - 2009/2016	4.289	4.529
1º Leilão CCEAR Energia nova - 2010/2024	2.241	8.679
Previsão energia de curto prazo	3.777	70.249
Renegociações	1.314	1.575
Outros	640	640
<b>Total</b>	<b><u>24.922</u></b>	<b><u>98.614</u></b>

A Companhia efetua lançamento de previsão de receita de energia nas operações de curto prazo, quando há, para adequação ao regime de competência do saldo a receber de clientes. Em 30 de junho de 2015, a previsão desta receita sofreu uma forte redução, em comparação a previsão de 31 de dezembro de 2014, e constituiu-se no principal fator para a queda nos créditos a receber de clientes.

Outro fator que contribuiu para a redução no saldo de clientes foi a queda na receita do 1º leilão de energia nova, em função dos ressarcimentos às distribuidoras, pelo não cumprimento dos contratos quando há dificuldade na geração de energia, que são abatidos desta receita.

A composição, por vencimento, está demonstrada a seguir:

	<u>Vincendos</u>	<u>Vencidos até 90 dias</u>	<u>Vencidos há mais de 90 dias</u>	<u>30/06/2015</u>
Suprimento de energia	22.016	26	2.880	24.922
<b>Total</b>	<b><u>22.016</u></b>	<b><u>26</u></b>	<b><u>2.880</u></b>	<b><u>24.922</u></b>

O saldo de clientes é o valor justo por representar o valor pelo qual a geração de energia da Companhia foi negociada via leilões e dentro dos regramentos contratuais da CCEE, e será liquidado entre partes interessadas com ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

O saldo não teve ajuste a valor presente por representar efetivamente o montante a ser recebido, e não contém índices ou taxas de desconto para pagamentos antecipados.

Os contratos de suprimento de energia são dados em garantia para as operações de empréstimos e financiamentos tomadas junto a Eletrobras.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 7 Tributos a recuperar

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
IRPJ/CSLL a recuperar	41	288
IR retido na fonte	14	173
PIS/PASEP/COFINS a recuperar - regime não cumulativo (i)	4.289	2.529
PIS/PASEP/COFINS a recuperar - inconstitucionalidade Lei 9718/98 (ii)	641	626
ICMS a recuperar (iii)	1.996	-
Outros	173	244
<b>Total Circulante</b>	<b>7.154</b>	<b>3.860</b>
ICMS a recuperar (iv)	27.834	27.834
<b>Total Não Circulante</b>	<b>27.834</b>	<b>27.834</b>
<b>Total</b>	<b>34.988</b>	<b>31.694</b>

### (i) PIS-PASEP/COFINS - Lei nº 10.833/2003 art. 3º - regime não cumulativo

A Companhia poderá descontar créditos calculados em relação a:

- Bens e serviços utilizados como insumo na prestação de serviços e na produção ou fabricação de bens ou produtos;
- Energia elétrica consumida nos estabelecimentos da pessoa jurídica;
- Aluguéis de prédios máquinas e equipamentos, utilizados nas atividades da empresa;
- Encargos de depreciação e amortização.

A Companhia está, mensalmente, tomando crédito dessas despesas no momento da apuração do PIS/COFINS.

O saldo de R\$ 4.289 em 30 de junho de 2015 (R\$ 2.529 em 31 de dezembro de 2014) são créditos de PIS/COFINS apurados em períodos anteriores e do próprio mês, os quais foram reconhecidos contabilmente pela Companhia, e que em função da diminuição da receita de energia dos contratos da Fase C, não foram aproveitados até momento, mas com previsão de utilização nos próximos meses.

### (ii) PIS-PASEP/COFINS a recuperar – inconstitucionalidade Lei 9.718/98

O Supremo Tribunal Federal - STF declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, que ampliou a base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS e deu, naquela época, novo conceito ao faturamento, que passou a abranger todas as receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, independentes do tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada. Tal dispositivo não possuía previsão constitucional que o amparasse, tendo sido objeto de emenda constitucional posterior.

A Companhia ajuizou ação ordinária em dezembro de 2007 através do Processo nº 2007.71.00.048592-4, onde consta como ré a Fazenda Nacional, requerendo a restituição dos tributos PIS/PASEP e COFINS cuja arrecadação foi declarada inconstitucional pelo STF.

Em 1º de outubro de 2008, houve o julgamento de procedência da ação ordinária nº

## Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2007.71.00.048592-4 na 2a. Vara Federal Tributária de Porto Alegre - RS ajuizada contra a União Federal na Justiça Federal, na qual a União Federal foi condenada a restituir à Companhia os valores recolhidos indevidamente no período de fevereiro de 1999 a novembro de 2002, em relação ao PIS (R\$ 1.552), e de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, em relação à COFINS (R\$ 10.745), totalizando R\$ 12.297, que deverão ser atualizados pela taxa SELIC, desde a data de cada recolhimento indevido.

Todavia, a União apelou, a Companhia apresentou contrarrazões, e o processo foi remetido ao Tribunal Regional Federal para julgamento. A apelação foi julgada parcialmente procedente, entendendo que são repetíveis somente as parcelas pagas posteriormente a 08 de julho de 2000. As partes opuseram embargos de declaração, os quais foram acolhidos parcialmente para fins de prequestionamento. Após, as partes apresentaram recursos especiais e extraordinários, não sendo admitidos os recursos especial e extraordinário da União, sendo admitido o recurso especial da Eletrobras CGTEE e sobrestado o recurso extraordinário da Eletrobras CGTEE até decisão definitiva do STF acerca da matéria.

Negado seguimento ao recurso extraordinário da Companhia em decisão transitada em julgado, a Companhia apresentou pedido de habilitação de crédito junto à Receita Federal para compensação tributária (Processos nºs 11080.729739/2013-01 – PIS e 11080.729740/2013-28 – COFINS). Na data de 29 de outubro de 2013, o pedido foi deferido pela Delegacia da Receita Federal, nos termos da IN RFB nº 1.300/2012, autorizando a Companhia a utilizar o crédito referente ao PIS, no montante de R\$ 2.728, e à COFINS, no valor de R\$ 20.124, atualizados até novembro de 2013, por meio de transmissão da Declaração de Compensação, gerada a partir do Programa PER/DCOMP.

Até 30 de junho de 2015, o crédito da COFINS teve a seguinte movimentação:

Valor atualizado do crédito - Novembro/2013	Atualização do crédito até Junho/2015	Valores compensados por PER/DCOMP - Novembro/2013 à Junho/2015	Saldo disponível - Junho/2015
R\$ 20.124	R\$ 275	R\$ 20.055	R\$ 344

E o crédito do PIS foi assim movimentado até 30 de junho de 2015:

Valor atualizado do crédito - Novembro/2013	Atualização do crédito até Junho/2015	Valores compensados por PER/DCOMP - Novembro/2013 à Junho/2015	Saldo disponível - Junho/2015
R\$ 2.728	R\$ 73	R\$ 2.504	R\$ 297

#### (iii) ICMS a recuperar

Os créditos fiscais de ICMS no ativo circulante, no valor de R\$ 1.996 em 30 de junho de 2015, no ativo não circulante, no valor de R\$ 27.834 em 30 de junho de 2015 (R\$ 27.834 em 31 de dezembro de 2014), originaram-se, principalmente, das operações de compra de cal e outros insumos utilizados no processo produtivo. Atualmente, o ICMS sobre as saídas por venda de energia elétrica para as concessionárias é diferido, conforme Livro III, art. 1º do regulamento do ICMS do Estado do Rio Grande do Sul. Entretanto, esses créditos poderão ser realizados através da compensação com pagamentos devidos pela importação de equipamentos, aquisição de cal do Uruguai e de transferências para outras empresas estabelecidas no Estado do Rio Grande do Sul, não sendo esperadas perdas pela administração da Companhia na realização dos referidos créditos. No acumulado até 30 de junho de 2015, a Companhia utilizou R\$ 799 para a compensação em

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

recolhimentos de ICMS referentes a importação de equipamentos para a UTE Candiota III – Fase C. Cabe destacar que a integralidade, dos créditos registrados nesta rubrica, está validada junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul para futura compensação.

### 8 Direito de ressarcimento – CCC / CDE

Esta rubrica é composta pelos valores a receber da Eletrobras decorrente de subvenção para aquisições de combustíveis fósseis com recursos da Conta de Consumo de Combustível – CCC, e também, da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 129/2004.

O saldo tem a seguinte composição:

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
CCC UTE Candiota III - Fase C	42.746	34.917
CDE UTE Candiota II – Fases A e B	23.555	27.429
<b>Total</b>	<b><u>66.301</u></b>	<b><u>62.346</u></b>

### 9 Almoxarifado

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Material de consumo	25.437	25.385
Combustíveis	-	27.749
<b>Total Circulante</b>	<b><u>25.437</u></b>	<b><u>53.134</u></b>
Combustíveis	167.233	105.778
<b>Total Não Circulante</b>	<b><u>167.233</u></b>	<b><u>105.778</u></b>
<b>Total</b>	<b><u>192.670</u></b>	<b><u>158.912</u></b>

Em 30 de junho de 2015, a Companhia previu que consumirá somente o estoque de combustíveis consignado à CCC/CDE no curto prazo. Assim, o estoque adicional de combustíveis, de propriedade da Companhia, foi classificado como ativo não circulante.

Os demais estoques da Companhia são de peças, componentes, materiais de consumo e insumos utilizados no processo de geração de energia. Têm características de não obsolescência em função de que os equipamentos ou processos em que serão utilizados continuam em operação. Estão valorados pelos custo médio de aquisição.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 10 Imobilizado

O saldo foi assim movimentado no período:

	31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências curso/serviço	30/06/2015
Em serviço	3.482.355	-	(451)	2.622	3.484.526
Depreciação	(1.927.734)	(40.606)	447	27	(1.967.866)
Em curso	68.914	13.926	-	(2.652)	80.188
<b>Total Geração</b>	<b>1.623.535</b>	<b>(26.680)</b>	<b>(4)</b>	<b>(3)</b>	<b>1.596.848</b>
Em serviço	14.406	-	(109)	70	14.367
Depreciação	(8.305)	(499)	107	(27)	(8.724)
Em curso	-	40	-	(40)	-
<b>Total Administração</b>	<b>6.101</b>	<b>(459)</b>	<b>(2)</b>	<b>3</b>	<b>5.643</b>
<i>Impairment</i>	(35.412)	-	-	-	(35.412)
Perdas com a lei 12.783/13	(22.280)	-	-	-	(22.280)
<b>Total Provisões</b>	<b>(57.692)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(57.692)</b>
<b>Total</b>	<b>1.571.944</b>	<b>(27.139)</b>	<b>(6)</b>	<b>-</b>	<b>1.544.799</b>

No mesmo período de 2014, o saldo foi assim movimentado:

	31/12/2013	Adições	Baixas	Transferências curso/serviço	30/06/2014
Em serviço	3.368.731	-	(79.279)	1.450	3.290.902
Depreciação	(1.879.441)	(38.286)	27.017	-	(1.890.710)
Em curso	221.447	67.987	-	(1.356)	288.078
<b>Total Geração</b>	<b>1.710.737</b>	<b>29.701</b>	<b>(52.262)</b>	<b>94</b>	<b>1.688.270</b>
Em serviço	13.565	-	(274)	75	13.366
Depreciação	(7.835)	(587)	242	-	(8.180)
Em curso	-	222	-	(169)	53
<b>Total Administração</b>	<b>5.730</b>	<b>(365)</b>	<b>(32)</b>	<b>(94)</b>	<b>5.239</b>
<i>Impairment</i>	(122.707)	-	-	-	(122.707)
Perdas com a lei 12.783/13	(22.853)	-	-	-	(22.853)
<b>Total Provisões</b>	<b>(145.560)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(145.560)</b>
<b>Total</b>	<b>1.570.907</b>	<b>29.336</b>	<b>(52.294)</b>	<b>-</b>	<b>1.547.949</b>

Atendendo orientação da ANEEL, contida no Ofício nº 965/2002-SFF/ANEEL, de 7 de outubro de 2002, a Companhia tem sob sua guarda bens (materiais e equipamentos) recebidos da União destinados ao empreendimento UTE Candiota III - Fase C, em regime especial de utilização, sem ônus para a Companhia, no valor de R\$ 189.292, tendo como base a data de 30 de abril de 2000, conforme avaliação constante do Relatório do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Interministerial nº 19, de 28 de janeiro de 2000. Este valor não será incorporado ao ativo imobilizado da Companhia e, portanto, não está sujeito à indenização quando do término do prazo de concessão.

Sobre os ativos operacionais das usinas da Companhia não pairam garantias fiduciárias ou judiciais em 30 de junho de 2015.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia revisou seu critérios de atualização dos Adiantamentos feitos em US\$, registrados em pagamentos realizados junto a *CITIC Internatinal Contracting* e suas subsidiárias, EPC que construiu a UTE Candiota III (Fase C), que aguardam a internalização de DI's ainda não desembaraçadas junto a Secretária da Receita Federal.

As taxas de depreciação aplicadas em 30 de junho de 2015 são as definidas pela resolução normativa ANEEL nº 474/2012, e estão demonstradas no quadro a seguir:

	<u>2015 e 2014</u>
<b>Geração</b>	
Caldeira	4,00%
Chaminé	4,00%
Equipamento ciclo térmico	4,55%
Equipamentos da tomada d'água	3,70%
Edificações - casa de força	2,00%
Edificações - outras	3,33%
Máquinas e equipamentos	2,00 a 6,67%
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00%
Turbina a vapor	4,00%
Veículos	14,29%
<b>Administração</b>	
Máquinas e equipamentos	6,25%
Móveis e utensílios	6,25%
Veículos	14,29%

## 11 Intangível

Em 30 de junho de 2015, o ativo intangível apresentou a seguinte movimentação:

	<u>31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>30/06/2015</u>
<b>Em serviço</b>				
Custo	13.786	-	31	13.817
Amortização	(11.472)	(299)	-	(11.771)
<b>Em curso</b>				
Custo	-	31	(31)	-
<b>Total</b>	<u>2.314</u>	<u>(268)</u>	<u>-</u>	<u>2.046</u>

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2014, o saldo foi assim movimentado:

	<u>31/12/2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>30/06/2014</u>
<b>Em serviço</b>				
Custo	12.776	-	2	12.778
Amortização	(11.056)	(198)	-	(11.254)
<b>Em curso</b>				
Custo	-	31	(2)	29
<b>Total</b>	<u><b>1.720</b></u>	<u><b>(167)</b></u>	<u><b>-</b></u>	<u><b>1.553</b></u>

O saldo de ativos intangíveis em serviço, bem como o das adições do exercício, refere-se a aquisições de direito de uso de *softwares*.

A taxa anual de amortização utilizada pela Companhia é a prevista no MCPSE, aprovado pela Resolução ANEEL nº 367/2009, relativa ao Tipo de Bem - TIB 205, item 205.01 (Direito), 205.02 (Marca) e 205.03 (Patente) - 20% ao ano.

## 12 Fornecedores

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Materiais e serviços	25.623	9.917
Suprimento de energia elétrica (a)	95.940	229.636
Encargos de uso da rede elétrica	782	3.535
Aquisição de combustíveis (b)	36.358	21.287
<b>Total circulante</b>	<u><b>158.703</b></u>	<u><b>264.375</b></u>
Aquisição de combustíveis (b)	21.284	21.284
<b>Total não circulante</b>	<u><b>21.284</b></u>	<u><b>21.284</b></u>
<b>Total</b>	<u><b>179.987</b></u>	<u><b>285.659</b></u>

### (a) Suprimento de energia elétrica

O saldo é composto das aquisições de energia elétrica para revenda a liquidar, das estimativas de exposição da Companhia na CCEE, e da provisão para ressarcimento às distribuidoras quando a geração de energia, pela Companhia, não for suficiente para cumprir os contratos. A queda verificada no seu saldo provém, principalmente, da redução da provisão para ressarcimento às distribuidoras, pois esses ressarcimentos estão ocorrendo, em maior volume, ao longo de 2015, com o abatimento das receitas dos contratos do 1º leilão de energia nova.

### (b) Aquisição de combustíveis

O aumento do saldo de fornecedor com a aquisição de combustíveis deu-se principalmente pela renegociação de quantidades e valores efetuada com a Companhia Riograndense de Mineração - CRM. A Eletrobras CGTEE renegociou junto a CRM, o pagamento e a entrega de duzentas mil



# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

toneladas anuais de carvão a serem recebidas pela Companhia durante 10 anos, com pagamento em parcelas anuais, também durante o mesmo período.

### 13 Financiamentos e empréstimos

#### 13.1 Composição

	30/06/2015				
	Encargos	Circulante	Total circulante	Não circulante	Total
<b>Moeda nacional</b>					
Eletrobras	1.260	232.471	233.731	2.038.517	2.272.248
<b>Total Moeda nacional</b>	<b>1.260</b>	<b>232.471</b>	<b>233.731</b>	<b>2.038.517</b>	<b>2.272.248</b>
<b>Total</b>	<b>1.260</b>	<b>232.471</b>	<b>233.731</b>	<b>2.038.517</b>	<b>2.272.248</b>

	31/12/2014				
	Encargos	Circulante	Total circulante	Não circulante	Total
<b>Moeda nacional</b>					
Eletrobras	596	223.722	224.318	1.830.496	2.054.814
<b>Total Moeda nacional</b>	<b>596</b>	<b>223.722</b>	<b>224.318</b>	<b>1.830.496</b>	<b>2.054.814</b>
<b>Total</b>	<b>596</b>	<b>223.722</b>	<b>224.318</b>	<b>1.830.496</b>	<b>2.054.814</b>

Os financiamentos e empréstimos existentes foram tomados, em sua totalidade, junto à Eletrobras, e se destinaram a viabilizar a construção da UTE Candiota III (Fase C) e, também, para viabilizar as compras de energia que a Companhia necessitou nos últimos exercícios.

Os financiamentos e empréstimos não geram gravames sobre os bens patrimoniais da Companhia. As garantias oferecidas são constituídas sobre os contratos de suprimento de energia mantidos com as distribuidoras.

#### 13.2 Composição dos saldos por indexador

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Selic	991.751	810.733
IPCA	659.375	681.648
Juros contratuais	621.122	562.433
<b>Total</b>	<u><b>2.272.248</b></u>	<u><b>2.054.814</b></u>

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 13.3 Vencimentos das parcelas do passivo não circulante

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
2016	106.648	183.573
2017	230.816	204.512
2018	232.586	198.665
2019	235.532	196.171
Após 2019	1.232.935	1.047.575
<b>Total Não Circulante</b>	<b><u>2.038.517</u></b>	<b><u>1.830.496</u></b>

## 13.4 Movimentação dos financiamentos e empréstimos

<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b><u>2.054.814</u></b>
Ingressos	177.956
Encargos	132.449
(-) Amortizações do principal	(74.169)
(-) Amortizações dos encargos	(18.802)
<b>Saldo em 30/06/2015</b>	<b><u>2.272.248</u></b>

<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b><u>1.575.972</u></b>
Ingressos	245.243
Encargos	79.274
(-) Amortizações do principal	(18.529)
(-) Amortizações dos encargos	(13.206)
<b>Saldo em 30/06/2014</b>	<b><u>1.868.754</u></b>

## 14 Tributos e contribuições sociais a recolher

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
PIS/PASEP	127	210
COFINS	585	968
ISS de terceiros	246	228
IRPJ, CSLL, PIS/PASEP/COFINS de terceiros	15.349	10.551
INSS	2.011	2.115
SENAI/SESI	29	38
FGTS	346	13
<b>Total</b>	<b><u>18.693</u></b>	<b><u>14.123</u></b>

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 15 Encargos setoriais

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
RGR	1.686	1.687
TFSEE	189	176
<b>Total</b>	<b><u>1.875</u></b>	<b><u>1.863</u></b>

A Companhia recolhe, por determinação da ANEEL, cotas da Reserva Global de Reversão (RGR) e da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE).

A TFSEE e a RGR são apropriadas e recolhidas mensalmente, com valores estipulados pela ANEEL.

## 16 Obrigações estimadas

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Folha de Pagamento	3.740	4.157
Encargos - Folha de pagamento	1.276	2.125
Provisão de férias	1.292	3.936
Provisão gratificação de férias	159	626
Provisão de 13º salário	1.914	2
INSS s/ provisão de férias e 13º salário	1.248	1.911
FGTS s/ provisão de férias e 13º salário	313	476
<b>Total</b>	<b><u>9.942</u></b>	<b><u>13.233</u></b>

## 17 Provisão para contingências

Em 30 de junho de 2015, o passivo contingente teve a seguinte movimentação:

	<u>31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>30/06/2015</u>
Trabalhistas (a)	18.451	1.700	-	20.151
Cíveis (b)	19.493	4.152	(24)	23.621
<b>Subtotal</b>	<b><u>37.944</u></b>	<b><u>5.852</u></b>	<b><u>(24)</u></b>	<b><u>43.772</u></b>
(-) Depósitos recursais compensáveis	(5.862)	(835)	-	(6.697)
<b>Total</b>	<b><u>32.082</u></b>	<b><u>5.017</u></b>	<b><u>(24)</u></b>	<b><u>37.075</u></b>

Os depósitos recursais referem-se aos valores exigidos para dar continuidade à discussão judicial dos processos trabalhistas, inclusive de reclamações ajuizadas por empregados da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

## (a) Contingências trabalhistas

### Contingências prováveis

Com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia possui provisão no valor de R\$ 20.151 em 30 de junho de 2015 (R\$ 18.451 em 31 de dezembro de 2014) para cobrir as causas judiciais com risco de perdas prováveis. A Companhia realizou depósitos recursais no valor de R\$ 6.697 em 30 de junho de 2015 (R\$ 5.862 em 31 de dezembro de 2014) para processos que possuem provisões contábeis.

### Depósitos judiciais

A Companhia efetuou depósitos judiciais em diversos processos trabalhistas, para garantir a continuidade da discussão dos litígios.

Demonstramos estes valores no quadro abaixo:

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Depósitos judiciais	5.722	6.653
<b>Total</b>	<b><u>5.722</u></b>	<b><u>6.653</u></b>

### Contingências possíveis

Com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, não existem processos trabalhistas classificados como de perda possível.

## (b) Contingências cíveis

### Contingências prováveis

As contingências cíveis referem-se principalmente a valores relativos a disputas com fornecedores. A assessoria jurídica da Companhia estima, como perda provável, o saldo de R\$23.621 em 30 de junho de 2015 (R\$19.493 em 31 de dezembro de 2014). Deste total, destaca-se a ação de autoria da CEEE-D para cobrança de valores contestados na data de transferência (1998/1999) da CGTEE para a Eletrobras. Em 30 de junho de 2015, a perda provisionada para esta ação é de R\$ 22.621 (R\$ 18.468 em 31 de dezembro de 2014).

### Contingências possíveis

Com possibilidade de perda possível, a Companhia é parte em processos cíveis que totalizam R\$ 100.300 em 30 de junho de 2015 (R\$ 92.342 em 31 de dezembro de 2014), não provisionados.

### Processo 001/1.13.0298211-8

Ajuizado pela empresa EMS Eletromecânica Silvestrini Ltda., através da qual alega erro ocorrido no edital de licitação lançado em 2010, cobrando todos os prejuízos ocasionados à empresa como valores não previstos na tabela de preços, prejuízos financeiros, danos morais, etc. A Companhia apresentou defesa sustentando a legalidade do edital, contrato e mais de 7 termos aditivos firmados, execução dos serviços por cerca de 36 meses sem qualquer impugnação. Atualmente o processo está na fase probatória, com valor estimado em R\$ 28.952, não provisionados.

# **Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

## **Processo 001/1.14.0039179-3**

Ajuizado pela empresa EMS Eletromecânica Silvestrini Ltda., através da qual reclama valores glosados decorrentes de penalidades por descumprimentos parciais do contrato e valores que foram penhorados na Justiça Trabalhista. A Companhia apresentou defesa no sentido de sustentar a legalidade das penalidades aplicadas, decorrentes de cláusulas contratuais, bem como o cumprimento de decisão judicial para depósito de valores penhorados pela Justiça Trabalhista. Atualmente, o processo está na fase probatória. O valor estimado do processo é de R\$ 3.598, não provisionados.

## **Processo 001/1.14.0060829-6**

Ajuizado pela empresa EMS Eletromecânica Silvestrini Ltda., através da qual solicita a nulidade de penalidade aplicada decorrente de inexecução total do contrato, com a liberação da garantia contratual oferecida. A Companhia está elaborando defesa sustentando a legalidade da penalidade aplicada. Atualmente, o processo está na fase probatória. O valor estimado do processo é de R\$ 4.638, não provisionados.

## **Processo 2-12 0 236/12**

Ajuizado pelo Banco KFW na Justiça Alemã, cobrando os avais passados pela Eletrobras CGTEE. A Companhia contratou um escritório alemão Noerr para representá-la. A Companhia apresentou defesa e, em 17/04/2014, foi realizada audiência. O valor estimado do processo é de R\$ 53.361, não provisionados.

## **Ação ordinária 2009.71.00.013550-8**

Partes adversas: (i) CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CCEE; (ii) AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL;

Objeto: Declaração de nulidade da cobrança de percentual maior de 2% nas penalidades de insuficiência de lastro contratual aplicadas; - Vara de origem: 4ª Vara Cível Federal; - Situação: nosso recurso de apelação foi recebido no duplo efeito, mas sem ser restabelecida a antecipação de tutela. Propusemos a Ação Cautelar nº 0000091-19.2015.404.0000 perante o TRF4, na qual se obteve liminar suspendendo a exigibilidade da multa pela CCEE e estabelecendo multa diária caso esta última descumpra a decisão. Valor da causa: R\$ 1.496.105,00 (um milhão, quatrocentos e noventa e seis mil, cento e cinquenta reais). Estima-se que o valor das penalidades supere R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões) não atualizados.

Através do e-mail de 09/04/2015, o representante do DFC informou que, em 14.01.2015, a CGTEE efetuou o pagamento de R\$ 37.709 em cumprimento à decisão judicial desta ação, e consequentemente foi efetuada a baixa da provisão desta causa. Para tanto, o DFC encaminhou cópia do Memorando DTPE-016/2015 de 12/01/2015, contendo anexos, emitido pelo Chefe do DTPE ao Diretor Financeiro, cujo assunto era a aplicação de penalidade da CCEE e o cumprimento da decisão judicial.

Nos autos da AÇÃO ORDINÁRIA Nº 2009.71.00.013550-8 (RS) que tramita perante a 4ª Vara Federal de Porto Alegre e que tem como partes adversas: (i) CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CCEE; e (ii) AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL; cujo objeto é a Declaração de nulidade da cobrança de percentual maior de 2% nas penalidades de insuficiência de lastro contratual aplicadas, foi proferida sentença de extinção do feito sem resolução de mérito, e, como decorrência, o Juízo revogou a antecipação dos efeitos da tutela, razão pela qual o nosso recurso de apelação foi recebido no duplo efeito (devolutivo e suspensivo).

# **Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica**

## **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Nesse interim, a fim de restabelecer a medida liminar, foi proposta, perante o TRF/4ª Região a Ação Cautelar nº 0000091-19.2015.404.0000, na qual, em um segundo despacho a relatora reconsiderou a sua posição inicial, que havia indeferido o pedido de antecipação de tutela para, liminarmente suspender a exigibilidade da multa pela CCEE e estabelecendo multa diária caso esta última descumpra a decisão; revigorando, dessa forma, a liminar originalmente concedida.

Em razão dessa discussão posta na ação cautelar, que atualmente já se encontra para inclusão em pauta de julgamento, os valores objeto de compensação/pagamento, poderão retornar à CGTEE, por força de medida liminar.

Segundo o escritório responsável, SCHMIDT CURVELO ADVOGADOS ASSOCIADOS, a probabilidade de Êxito/Risco de Perda é possível.

### **Ação ordinária 5014189-37.2010.404.7100**

Partes adversas: (i) CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CCEE; (ii) AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL;

Objeto: Declaração de ilegalidade da desproporcionalidade e ilegalidade da penalidade e atraso pela instalação do sistema de faturamento SMF; - Vara de origem: 4ª Vara Cível Federal; -Tribunal Regional Federal: Apelação n.º 5014189-37.2010.404.7100/TRF; - Situação: Nosso recurso de apelação foi improvido, e os recursos adesivos da ANEEL e da CCEE parcialmente providos para majorar a verba honorária para 1% do valor da causa (este constante como R\$ 1.110.000,00) a ser atualizado. A Companhia recorreu da decisão. O recurso especial foi admitido no TRF4 em 03 de março de 2015 e remetido ao Superior Tribunal de Justiça, onde, sob o nº 1528291, está concluso ao Ministro Relator. - Valor Estimado: R\$1.110.000,00 (um milhão, cento e dez mil reais) – o valor é atualizado pela CCEE e pode ser executado a partir do trânsito em julgado do sentença de primeiro grau. É possível que a ANEEL determine aplicação contínua de penalidades e que o valor supere o montante inicial, pois a infração será continuada no tempo, isto é, a CGTEE continuará incorrendo no fato gerador se não implementar o sistema de faturamento conforme determinações regulatórias setoriais vigentes. Segundo o escritório responsável, SCHMIDT CURVELO ADVOGADOS ASSOCIADOS, a probabilidade de Êxito/Risco de Perda é possível.

### **Ação ordinária 5069345-68.2014.404.7100**

Parte adversa: (i) AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL;

Objeto: cobrança de valores exigidos pelo ressarcimento por geração abaixo da inflexibilidade decorrentes da aplicação da cláusula 14 dos contratos (CCEAR) celebrados pela CGTEE tendo em vista o empreendimento Candiota 3; - Vara de origem: 2ª Vara Cível Federal; - Situação: A sentença de mérito publicada em 12/06/2015 foi de parcial procedência, na forma que segue: “1) determinar que a revogação da cláusula 14 dos contratos de comercialização de energia firmados pela CGTEE em decorrência de sua participação no Leilão nº 1/2005 retroaja até a data de apresentação, pela CGTEE, do recurso administrativo nominado perante a Aneel, em 11/03/2013; e 2) condenar a Aneel a restituir os valores pagos de 11/03/2013 a 07/10/2013 pela CGTEE, por força da aplicação da cláusula 14, atualizados desde cada pagamento pela TR, nos termos da fundamentação, e com juros de mora de 0,5% ao mês, a partir da citação.” A ANEEL apresentou Embargos de Declaração em 18/06/2015.- Valor Estimado: R\$ 85.688.865,56 (oitenta e cinco milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos); Segundo o escritório responsável, SCHMIDT CURVELO ADVOGADOS ASSOCIADOS, a probabilidade de Êxito/Risco de Perda é possível.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

## **Ação ordinária 5000593-10.2015.404.7100**

Partes adversas: (i) AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL; (ii) OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELETRICO – ONS (RÉUS). Sendo a Eletrobras CGTEE a autora.

Objeto: aproveitamento, também econômico, da redução da garantia física do empreendimento Candiota III (Fase C), inclusive para fins do despacho do ONS; - Vara de origem: 2ª Vara Cível Federal; - Situação: Autos com a juíza substituta Paula Beck Bohn para análise da inicial e do pedido de antecipação de tutela; Em decisão monocrática proferida em 24/06/2015 e integrada nos aclaratórios de 26/06/2015 (ainda não publicadas), nos autos do AI nº 5023087-23.2015.4.04.0000, o relator deferiu a antecipação dos efeitos da tutela determinando o imediato cumprimento da Portaria MME 140/2014 em relação a todos os contratos CCEAR, para todos os efeitos (contabilização, penalidades, etc.). - Valor da Demanda: R\$154.295. Segundo o escritório responsável, SCHMIDT CURVELO ADVOGADOS ASSOCIADOS, a probabilidade de Êxito/Risco de Perda é possível.

### **(c) Contingências tributárias**

#### **Contingências prováveis**

Não há processos pendentes com probabilidade provável de perda em 30 de junho de 2015.

Em relação aos autos de infração em trâmite na Receita Federal (11050.720140/2011-90, 11050.720150/2011-25, 11050.720129/2011-20, 11050.720231/2011-25, 11050.720435/2011-66, 11050.720343/2011-86), oriundos do desembaraço aduaneiro de peças e equipamentos para a construção da Candiota III (Fase C), conforme informado pelo escritório Franceschini Advogados, a possibilidade de perda na esfera administrativa é provável, considerando que o julgamento é realizado por autoridade do mesmo órgão que emitiu os Autos de Infração objeto das impugnações apresentadas. Não obstante, na hipótese de a Companhia não lograr êxito na esfera administrativa, ela ingressará judicialmente para discutir a tese objeto das defesas atualmente em trâmite na Receita Federal, hipótese em que a possibilidade de perda é possível.

#### **Contingências possíveis**

Com possibilidade de perda possível, a Companhia é parte ré em processos fiscais que totalizam R\$ 27.882 em 30 de junho de 2015 (R\$ 47.284 em 31 de dezembro de 2014), não provisionados.

#### **Auto de infração nº 11080.722655/2010/96**

A Companhia através do Auto de Infração nº 11080.722655/2010/96, de 30 de julho de 2010, foi autuada em R\$ 15.695 com relação à apuração das contribuições do PIS/COFINS sobre os contratos de fornecimento de energia com preço predeterminado. A Eletrobras CGTEE foi intimada eletronicamente pela Receita Federal em 15/06/2015 da decisão emitida pelo CARF referente ao exame de admissibilidade do Recurso Especial interposto pela Fazenda Nacional no Processo nº.11080.722655/2010-06, abrindo-se prazo para manifestação.

A Companhia apresentou impugnação através dos Advogados Meyer, Sendacz e Opice Advogados, sendo entendimento do referido escritório que a probabilidade de perda é possível.

#### **Pedido de Restituição nº 11080.003212/2009-69**

Trata-se de pedido apresentado em 2009 à Receita Federal de restituição de valores recolhidos a maior a título de contribuições ao PIS e à COFINS, sob o regime não-cumulativo, nas alíquotas de 1,65% e 7,6%, enquanto a companhia deveria ter recolhido as contribuições sob regime cumulativo

## **Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

(PIS - 0,65% e COFINS - 3%). Ao apreciar a Manifestação de Inconformidade a Receita Federal segregou a discussão, passando a analisar cada PER/DCOMP ou grupo de PER/DCOMPs, gerando além desse processo, outros processos administrativos. O valor da causa são R\$ 7.486. De acordo com o Escritório Machado Meyer, Sendacz e Opice Advogados, a probabilidade de perda é possível.

#### **(d) Questões ambientais (\*)**

##### **Usina termelétrica Presidente Médici**

Em 13 de abril de 2011, foi celebrado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), entre a Eletrobras CGTEE, IBAMA, Eletrobras, Ministério de Minas e Energia, Ministério do Meio Ambiente e União, por intermédio da Advocacia Geral da União, para a adequação ambiental das Fases A e B da Usina Presidente Médici, localizada em Candiota - RS. O TAC inicialmente previa uma série de obrigações para a Eletrobras CGTEE até 31 de agosto de 2014.

Em 16 de agosto de 2013, foi celebrado o Primeiro Aditamento ao TAC, que prevê obrigações para a Eletrobras CGTEE até 31 de dezembro de 2017. Após a conclusão do TAC, espera-se a renovação pelo IBAMA da licença de operação da Usina Termelétrica Presidente Médici.

O TAC é gerenciado através de um portfólio de projetos e programas, nos quais as suas cláusulas foram agrupadas. Dentre os compromissos assumidos pela Eletrobras CGTEE, destaca-se a conclusão da modernização e da ampliação da rede de monitoramento da qualidade do ar, da qualidade das águas de chuva e das condições meteorológicas.

Do valor total estimado de R\$ 241.835, conforme acompanhamento financeiro até 30 de junho de 2015, a realização foi de R\$ 52.204, sendo R\$ 34.301 alocados como investimento, e R\$ 17.903 alocados como custeio.

A Eletrobras CGTEE instaurou o processo para contratação através de dispensa de licitação do sistema de abatimento de material particulado e SO<sub>2</sub> na Fase B, que reduzirá as emissões atmosféricas da usina no meio ambiente. Em 04 de dezembro de 2014 foram encaminhadas correspondências a potenciais fornecedores solicitando o envio de proposta técnico-comercial. As propostas foram recebidas em 16 de janeiro de 2015. Após as etapas de julgamento dos documentos de habilitação e análises de recursos, a Comissão Especial de Licitações (CEL) concluiu pela habilitação de uma única empresa. Após julgamento da proposta comercial, a única empresa habilitada foi desclassificada. O processo está na Administração da Companhia para análise e deliberação.

Conforme estimativa inicial (de 2011 a 2017), os valores envolvidos para os programas e projetos relacionados ao TAC, são os seguintes:



# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PROGRAMA / PROJETO	TÍTULO	ESTIMADO 2011 a 2017 (em Reais)	SITUAÇÃO ATUAL
Projeto 01	Adequação ambiental Fase A	184.975.725,00	Instaurado processo para aquisição por dispensa de licitação
Projeto 02	Adequação ambiental Fase B	1.000.000,00	Plano de descomissionamento encaminhado ao IBAMA
Projeto 03	Pavimentação das bacias de sedimentação	6.000.000,00	Concluído
Programa 04	Rede de monitoramento	5.048.463,00	Em execução
Projeto 05	Modelagem de dispersão de gases na atmosfera	700.904,00	Concluído
Projeto 06.01	Medidas compensatórias (revegetação de 1.000 ha)	6.750.000,00	Concluído
Projeto 06.02	Medidas compensatórias (revegetação de 240.000 mudas)	2.650.000,00	Concluído
Projeto 06.03	Medidas compensatórias (Centro Cultural Candiota I)	7.750.000,00	Concluída a obra. Em execução a aquisição parcial do mobiliário
Programa 07	Programa de comunicação social	6.950.000,00	Em execução
Programa 08	Monitoramento de ruídos, gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes	5.965.663,00	Em execução
Programa 09	Monitoramento contínuo das emissões atmosféricas das chaminés (Fases A e B)	1.415.232,00	Em execução
Programa 10	Programa de operação das Fases A e B	-	Em execução
Projeto 11	Sistema de recirculação de efluentes líquidos	163.105,00	Concluído
Projeto 12	projeto piloto beneficiamento de carvão (contrato CRM)	-	Concluído
Programa 13	Estudos relativos à saúde da população (convênios CEVS)	1.200.000,00	Concluído (Estudo independente)
Projeto 14.01	Multa (cláusula vigésima oitava do TAC)	11.265.908,00	Concluído
<b>Total dos programas / projetos</b>		<b>241.835.000,00</b>	

(\*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

## 18 Benefícios pós-emprego

### 18.1 Plano de previdência complementar

A Companhia mantém um programa de benefícios previdenciários pós-emprego, complementar ao programa da Previdência Social, administrado pela Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE, da qual é patrocinadora por contrato de adesão não solidário.

A Fundação ELETROCEEE é uma entidade fechada de previdência complementar de característica multipatrocinada, sem fins lucrativos, voltada exclusivamente para administração de planos de benefícios previdenciários.

O plano de suplementação (Plano Único) é do tipo "benefício definido", com regime financeiro de capitalização, em que contribuem a Companhia e o empregado. Participam do programa os empregados admitidos na Companhia. Os benefícios garantidos pelo programa são os seguintes: suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, pecúlio, suplementação de pensão, auxílio reclusão, auxílio doença e complementação do abono anual.

Os ativos do plano são mantidos separadamente daqueles da Companhia e são contabilizados e controlados pela Fundação ELETROCEEE.

Para o atendimento do CPC 33 - "Benefícios a Empregados", o plano é avaliado anualmente por atuário independente contratado. A última avaliação ocorreu para a posição de 31 de dezembro de 2014, e seus efeitos estão relatados nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2014.

### 18.2 Programa de incentivo ao desligamento de pessoal

A Companhia, em conjunto com a Eletrobras, aplicou, em 2013, um programa de incentivo ao desligamento de pessoal – PID para seus colaboradores, do qual resta quitar as seguintes obrigações:

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Programa de incentivo ao desligamento - PID 2013	148	1.009
Plano de Saúde para empregados - PID 2013	384	581
<b>Total Circulante</b>	<b>532</b>	<b>1.590</b>
Plano de Saúde para empregados - PID 2013	1.614	1.614
<b>Total Não Circulante</b>	<b>1.614</b>	<b>1.614</b>
<b>Total</b>	<b>2.146</b>	<b>3.204</b>

## 19 Remuneração aos acionistas

A Companhia tem o seguinte saldo de dividendos a distribuir, relativos aos resultados dos exercícios de 2010 e de 2011:

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Dividendos a distribuir		
Eletrobras	70.063	66.177
Outros	20	18
<b>Total</b>	<b>70.083</b>	<b>66.195</b>

Segue movimentação no primeiro semestre de 2015:

<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>66.195</b>
(+/-) Variação monetária sobre dividendos não distribuídos	3.888
<b>Saldo em 30/06/2015</b>	<b>70.083</b>

Segue movimentação no primeiro semestre de 2014:

<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>59.687</b>
(+/-) Variação monetária sobre dividendos não distribuídos	2.997
<b>Saldo em 30/06/2014</b>	<b>62.684</b>

## 20 Adiantamento para futuro aumento de capital

A Companhia tomou recursos junto a sua controladora para futuro aumento de capital. As obrigações advindas destas origens de recursos estão registradas no passivo não circulante.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação dos adiantamentos está demonstrada a seguir:

	31/12/2014	Ingressos	Variação monetária	30/06/2015
Contratos				
ECF 2941/2011	4.597	-	274	4.871
ECF 2941/2011-A	13.794	-	1.641	15.435
ECF 3219/2014	-	52.565	-	52.565
RES 0123/2015	-	32.709	-	32.709
<b>Total</b>	<b>18.391</b>	<b>85.274</b>	<b>1.915</b>	<b>105.580</b>

## 21 Outros passivos

	30/06/2015	31/12/2014
Pesquisa e desenvolvimento (i)	16.340	15.581
Credores diversos (ii)	7.365	3.905
<b>Total</b>	<b>23.705</b>	<b>19.486</b>

### (i) Pesquisa e desenvolvimento

A Lei nº 9.991 de 24 de julho de 2000 dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, estabelecendo em seu artigo 2º que "as concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento".

A Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004 alterou a Lei nº 9.991, estabelecendo em seu artigo 12, que do total aplicado anualmente em pesquisa e desenvolvimento devem ser destinados 40% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, 20% para o Ministério de Minas e Energia - MME, a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos e 40% em projetos desenvolvidos pela própria empresa.

Alinhado com as novas orientações para a realização de projetos de P&D, a Companhia está procurando investir no desenvolvimento de tecnologias para inovação do sistema de combustão do carvão e biomassa, mitigação ambiental e eficiência energética.

### (ii) Credores diversos

A Companhia registra neste grupo apropriações de contas a pagar pelo reconhecimento de obrigações para fins operacionais diversos.

# **Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

## **22 Imposto de renda e contribuição social**

### **(a) Imposto de renda**

O imposto de renda pessoa jurídica e a contribuição social estão sendo calculados pelo regime de apuração do lucro real anual, de acordo com o artigo 2º da Lei nº 9.430/1996.

### **(b) Lei nº 12.973/2014**

No dia 14 de maio de 2014, a Medida Provisória (MP) nº 627, veio a ser convertida na atual Lei 12.973/2014 a qual revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/1977 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) definição do tratamento específico sobre tributação de lucros ou dividendos; (iii) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na Lei 12.973/2014 entraram em vigência a partir de 1º de Janeiro de 2015, e foi facultado aos contribuintes a opção pela antecipação de seus efeitos para 1º de janeiro de 2014.

A administração optou pela não adoção antecipada prevista na referida legislação, tendo em vista que não foram identificados benefícios fiscais para a Companhia, e também, pela exposição a riscos decorrentes da necessidade de implementação de controles adicionais previstos na legislação na hipótese de opção.

### **(c) Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social**

Em 30 de junho de 2015, a Companhia acumula prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social sobre o lucro, de caráter imprescritível, nos valores de R\$ 1.976.012 (R\$ 1.383.069 em 30 de junho de 2014) e R\$ 1.976.249 (R\$ 1.383.305 em 30 de junho de 2014) respectivamente. O CPC 32 - Tributos sobre os Lucros estabelece condições para o registro contábil do ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Essas condições incluem expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que comprovam a realização do ativo fiscal diferido. O ativo fiscal diferido sobre tais prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias considerando que as condições para registro não estão asseguradas. Tais ativos representariam, em 30 de junho de 2015, respectivamente, R\$ 493.979 (R\$ 345.743 em 30 de junho de 2014) e R\$ 177.862 (R\$ 124.497 em 30 de junho de 2014).

### **(d) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social**

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	30/06/2015		30/06/2014	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo antes ajuste RTT	(291.899)	(291.899)	(275.793)	(275.793)
Ajustes contábeis RTT	-	-	-	-
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	(291.899)	(291.899)	(275.793)	(275.793)
Efeitos líquido de provisões temporariamente não dedutíveis - constituídas/(realizadas)	(1.011)	(1.011)	(49.330)	(49.330)
	(292.910)	(292.910)	(325.123)	(325.123)
Despesas não dedutíveis	2.586	2.586	3.164	3.164
Lucro real e base da CSLL antes das compensações	(290.324)	(290.324)	(321.959)	(321.959)
Compensações (prejuízos fiscais e Base negativa da CSLL)	-	-	-	-
Base de cálculo do IRPJ e CSLL após compensações	(290.324)	(290.324)	(321.959)	(321.959)
IRPJ e CSLL do período	-	-	-	-

	2º trimestre de 2015		2º trimestre de 2014	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo antes ajuste RTT	(124.913)	(124.913)	(162.851)	(162.851)
Ajustes contábeis RTT	-	-	-	-
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	(124.913)	(124.913)	(162.851)	(162.851)
Efeitos líquido de provisões temporariamente não dedutíveis - constituídas/(realizadas)	(29.298)	(29.298)	(38.326)	(38.326)
	(154.211)	(154.211)	(201.177)	(201.177)
Despesas não dedutíveis	1.442	1.442	1.525	1.525
Lucro real e base da CSLL antes das compensações	(152.769)	(152.769)	(199.652)	(199.652)
Compensações (prejuízos fiscais e Base negativa da CSLL)	-	-	-	-
Base de cálculo do IRPJ e CSLL após compensações	(152.769)	(152.769)	(199.652)	(199.652)
IRPJ e CSLL do período	-	-	-	-

## 23 Patrimônio líquido

### 23.1 Capital social

O capital social, totalmente integralizado, é composto por ações ordinárias nominativas, sem valores nominais, pertencentes a acionistas domiciliados no país.

As ações estão distribuídas conforme segue:

	Quantidade de ações em 30/06/2015 e em 31/12/2014			
	Ordinárias	Total	Saldo em R\$ mil	Percentual
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras	8.161.020.279	8.161.020.279	845.461	99,993%
Outros	592.355	592.355	77	0,007%
Subtotal	8.161.612.634	8.161.612.634	845.538	100,000%
( - ) Ações em tesouraria	(224.279)	(224.279)	(28)	-
<b>Total</b>	<b>8.161.388.355</b>	<b>8.161.388.355</b>	<b>845.510</b>	<b>100,000%</b>

## Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 23.2 Reserva de lucros

Em 30 de junho de 2015, é constituída unicamente pela reserva legal.

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Reserva Legal	2.596	2.596
<b>Total</b>	<b><u>2.596</u></b>	<b><u>2.596</u></b>

### 24 Receita operacional líquida

	<u>30/06/2015</u>	<u>2º trimestre de 2015</u>	<u>30/06/2014</u>	<u>2º trimestre de 2014</u>
Suprimento de energia elétrica	191.234	61.865	175.083	90.578
Venda de cinzas	1.692	911	1.751	859
Aluguéis	10	5	13	5
<b>Total receita operacional bruta</b>	<b><u>192.936</u></b>	<b><u>62.781</u></b>	<b><u>176.847</u></b>	<b><u>91.442</u></b>
ICMS	(157)	(86)	(163)	(83)
COFINS	(9.505)	(4.250)	(10.951)	(4.460)
PIS/PASEP	(2.062)	(922)	(2.377)	(968)
<b>Total impostos e contribuições</b>	<b><u>(11.724)</u></b>	<b><u>(5.258)</u></b>	<b><u>(13.491)</u></b>	<b><u>(5.511)</u></b>
RGR	(4.536)	(2.268)	(3.374)	(1.687)
P&D	(1.712)	(711)	(1.063)	(306)
<b>Total encargos setoriais</b>	<b><u>(6.248)</u></b>	<b><u>(2.979)</u></b>	<b><u>(4.437)</u></b>	<b><u>(1.993)</u></b>
<b>Total deduções à receita operacional</b>	<b><u>(17.972)</u></b>	<b><u>(8.237)</u></b>	<b><u>(17.928)</u></b>	<b><u>(7.504)</u></b>
<b>Total</b>	<b><u>174.964</u></b>	<b><u>54.544</u></b>	<b><u>158.919</u></b>	<b><u>83.938</u></b>

Os contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR's) do 1º leilão de energia nova preveem ressarcimento às concessionárias clientes, por parte da Companhia, nos casos de indisponibilidade na geração das usinas da Companhia. A Companhia contabiliza sua receita com base no valor líquido a receber, já considerando eventuais ressarcimentos, conforme regras de comercialização da CCEE.

O aumento da receita com a venda de energia verificado no primeiro semestre de 2015 deve-se à obtenção, neste período, de receitas no mercado de curto prazo.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 25 Custos e despesas operacionais

	30/06/2015			30/06/2014		
	Custo operacional	Despesa operacional	Total	Custo operacional	Despesa operacional	Total
Energia comprada para revenda	(96.115)	-	(96.115)	(125.993)	-	(125.993)
Encargos de uso da rede	(18.065)	-	(18.065)	(14.172)	-	(14.172)
Pessoal	(36.508)	(11.296)	(47.804)	(39.769)	(17.868)	(57.637)
Materiais	(46.683)	(137)	(46.820)	(45.793)	(139)	(45.932)
Serviços de Terceiros	(25.498)	(4.622)	(30.120)	(40.640)	(6.528)	(47.168)
Depreciação e Amortização	(39.290)	(595)	(39.885)	(35.945)	(542)	(36.487)
Provisões para contingências	-	(5.828)	(5.828)	-	(25)	(25)
Matéria-Prima e Insumos Prod. Energia Elétrica	(84.576)	-	(84.576)	(63.607)	-	(63.607)
(-) Recup.Despesas Subvenção Combustíveis	79.227	-	79.227	58.151	-	58.151
Outras	(8.006)	(6.154)	(14.160)	(7.558)	1.539	(6.019)
<b>Total</b>	<b>(275.514)</b>	<b>(28.632)</b>	<b>(304.146)</b>	<b>(315.326)</b>	<b>(23.563)</b>	<b>(338.889)</b>

	2º trimestre de 2015			2º trimestre de 2014		
	Custo operacional	Despesa operacional	Total	Custo operacional	Despesa operacional	Total
Energia comprada para revenda	2.829	-	2.829	(85.610)	-	(85.610)
Encargos de uso da rede	(8.935)	-	(8.935)	(7.169)	-	(7.169)
Pessoal	(18.610)	(5.846)	(24.456)	(21.470)	(9.315)	(30.785)
Materiais	(22.279)	(75)	(22.354)	(25.592)	(87)	(25.679)
Serviços de Terceiros	(13.669)	(2.145)	(15.814)	(25.226)	(3.221)	(28.447)
Depreciação e Amortização	(19.193)	(297)	(19.490)	(17.827)	(269)	(18.096)
Provisões para contingências	-	(451)	(451)	-	(25)	(25)
Matéria-Prima e Insumos Prod. Energia Elétrica	(43.572)	-	(43.572)	(31.416)	-	(31.416)
(-) Recup.Despesas Subvenção Combustíveis	40.853	-	40.853	29.076	-	29.076
Outras	(3.880)	(3.649)	(7.529)	(3.096)	3.473	377
<b>Total</b>	<b>(86.456)</b>	<b>(12.463)</b>	<b>(98.919)</b>	<b>(188.330)</b>	<b>(9.444)</b>	<b>(197.774)</b>

#### 25.1 Energia comprada para revenda

No primeiro semestre de 2015, assim como no primeiro semestre de 2014, a Companhia precisou adquirir energia elétrica para cumprir seus contratos de comercialização.

A Companhia mantém contratos de compra de energia junto à Eletronorte, que totalizam 135 MW médios mensais até dezembro de 2019, e 109 MW médios entre janeiro de 2020 e dezembro de 2023. Para demandas adicionais, a Companhia recorre ao Mercado de Curto Prazo da CCEE.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 26 Resultado financeiro

	30/06/2015	2º trimestre de 2015	30/06/2014	2º trimestre de 2014
Rendimento de aplicações financeiras	114	3	724	610
Variações cambiais ativas (ii)	44	44	27.225	4.969
Outras receitas financeiras	371	266	612	261
<b>Total receitas</b>	<b>529</b>	<b>313</b>	<b>28.561</b>	<b>5.840</b>
Encargos da dívida (i)	(152.373)	(74.086)	(90.317)	(45.005)
Variações cambiais passivas (ii)	(269)	(159)	(34.593)	(8.161)
Outras despesas financeiras	(10.900)	(6.787)	(4.010)	(1.758)
<b>Total despesas</b>	<b>(163.542)</b>	<b>(81.032)</b>	<b>(128.920)</b>	<b>(54.924)</b>
<b>Total</b>	<b>(163.013)</b>	<b>(80.719)</b>	<b>(100.359)</b>	<b>(49.084)</b>

#### (i) Encargos da dívida

O aumento dos empréstimos tomados pela Companhia em 30 de junho de 2015, em comparação ao mesmo período de 2014, ocasionou o aumento verificado nas despesas com encargos da dívida entre esses períodos.

#### (ii) Variações cambiais

A Companhia não apresentou, em 30 de junho de 2015, ativos ou passivos em aberto em moeda estrangeira.

### 27 Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros, diretores e o chefe da auditoria interna.

	30/06/2015	2º trimestre de 2015	30/06/2014	2º trimestre de 2014
Remuneração	772	414	581	263
Encargos sociais	184	98	140	63
Benefícios	33	18	51	35
<b>Total</b>	<b>989</b>	<b>530</b>	<b>772</b>	<b>361</b>



# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 28 Instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, dentre os quais se destacam: contas a receber de clientes, direito de ressarcimento, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos que se encontram registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis de mercado.

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<b>Recebíveis</b>		
Clientes	24.922	98.614
Direito de ressarcimento - CCC/CDE	66.301	62.346
<b>Mensurados ao valor justo por meio do resultado</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	3.931	25.717
<b>Total ativos financeiros</b>	<b><u>95.154</u></b>	<b><u>186.677</u></b>
<b>Mensurados ao custo amortizado</b>		
Empréstimos e financiamentos	2.272.248	2.054.814
Fornecedores	179.987	285.659
<b>Total passivos financeiros</b>	<b><u>2.452.235</u></b>	<b><u>2.340.473</u></b>

A Companhia não efetuou durante o primeiro semestre de 2015, operações com características de derivativos, definidos no CPC 38 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração".

A Companhia mantém contratos de fornecimentos de Carvão com a CRM - Companhia Rio-grandense de Mineração, para atender suas unidades de produção em Candiota/RS. Em relação a estes contratos, a Companhia detém direitos de recebimento de subvenção para aquisição de combustíveis para produção de energia através da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), administrada pela Eletrobras. Desta forma, a maior parcela dos gastos com combustíveis destinados à geração é subsidiada.

## 29 Estimativa do valor justo

A Companhia pressupõe que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a eventual estimativa de perda com créditos de liquidação duvidosa, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado.

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração:

- i) Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1);
- ii) Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2);

## Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

iii) Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

Abaixo, a Companhia apresenta o saldo dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado:

	30/06/2015	
	Nível 1	Total
Caixa e equivalentes de caixa	3.931	3.931
<b>Total</b>	<b>3.931</b>	<b>3.931</b>

	31/12/2014	
	Nível 1	Total
Caixa e equivalentes de caixa	25.717	25.717
<b>Total</b>	<b>25.717</b>	<b>25.717</b>

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos, quando mantidos pela Companhia, são incluídos no Nível 1.

A Companhia não mantém instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), tais instrumentos, quando existem, têm seus valores determinados mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Acrescenta-se, também, que a Companhia não detém instrumentos financeiros classificáveis no Nível 3. Os instrumentos financeiros são classificáveis neste nível quando uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado.

O CPC 38 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração" estabeleceu mecanismos para a divulgação do valor de mercado dos instrumentos financeiros reconhecidos, ou não, nas demonstrações financeiras. Todos os ativos e passivos enquadrados como instrumentos financeiros (empréstimos, aplicações financeiras e outros), incluídos nas presentes demonstrações financeiras intermediárias, não apresentam diferenças entre o valor de mercado e o contábil.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 30 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar sua estrutura de capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e qualidade nas obrigações previstas no contrato de concessão, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para a redução dos seus custos.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, que corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

Os índices de alavancagem financeira podem ser sumariados conforme abaixo:

	30/06/2015	31/12/2014
Financiamentos e empréstimos	2.272.248	2.054.814
Fornecedores	179.987	285.659
( - ) Caixa e equivalentes de caixa	(3.931)	(25.717)
( - ) Conta de consumo de combustíveis - CCC/CDE	(66.301)	(62.346)
<b>Dívida líquida</b>	<b>2.382.003</b>	<b>2.252.410</b>
Patrimônio líquido	(844.951)	(553.052)
<b>Total do capital</b>	<b>1.537.052</b>	<b>1.699.358</b>
<b>Índice de alavancagem financeira</b>	<b>155,0%</b>	<b>132,5%</b>

## 31 Gestão de risco financeiro

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico/financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

### a) Risco com taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia não apresentou, em 30 de junho de 2015, ativos ou passivos em moeda estrangeira.

	30/06/2015	31/12/2014
<b>Passivos</b>		
Dólar norte-americano	-	529
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>529</b>

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## b) Risco com taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a contratos de captação externa.

	30/06/2015	31/12/2014
<b>Passivos</b>		
Selic	1.012.057	815.330
IPCA	659.375	681.648
Juros contratuais	621.122	562.433
<b>Total</b>	<b>2.292.554</b>	<b>2.059.411</b>

## c) Risco de liquidez

A Companhia atua no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Passivos	30/06/2015			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores	158.703	2.365	7.095	11.824
Empréstimos e financiamentos	233.731	222.056	696.254	1.120.208
Obrigações estimadas	9.942	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	105.580	-	-
<b>Total</b>	<b>402.376</b>	<b>330.001</b>	<b>703.349</b>	<b>1.132.032</b>

Passivos	31/12/2014			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores	264.375	2.365	7.095	11.824
Empréstimos e financiamentos	224.318	183.573	599.348	1.047.575
Obrigações estimadas	13.233	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	18.391	-	-
<b>Total</b>	<b>501.926</b>	<b>204.329</b>	<b>606.443</b>	<b>1.059.399</b>

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações permitindo que a Companhia identifique se irá encontrar dificuldades que possam afetar a capacidade de pagamento da empresa, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

## d) Risco de preço

Com a Lei nº 12.783/2013, a remuneração das concessionárias geradoras hídricas passa a ser por tarifa determinada pela ANEEL. Já os contratos da Companhia se manterão inalterados até a divulgação, pela ANEEL, das regras de renovação das concessões térmicas.

Nas situações em que a Companhia precisa adquirir energia para complementar sua geração própria, ela o faz no mercado de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), ficando, assim, exposta à variação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

## e) Risco quanto à escassez de energia no mercado

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas, já que parte da energia vendida pela Companhia é adquirida no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), energia esta gerada basicamente por usinas hidrelétricas, que dependem do volume de água em seus reservatórios para funcionamento. Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas e resultar em perdas devido ao aumento dos custos com compra de energia elétrica necessária para a Companhia cumprir seus contratos de suprimento.

Quando há escassez de chuva, as usinas térmicas são despachadas pelo ONS à plena carga (despacho por mérito) para otimização do sistema. O despacho por mérito é limitado à disponibilidade da usina (índices de indisponibilidades - TEIP e TEIF), e estes índices entram no cálculo da garantia física.

- (i) Os índices de indisponibilidades (TEIP e TEIF) ajustam a garantia física da usina.
- (ii) Quando a soma dos 12 meses das garantias físicas for menor que a soma dos 12 meses dos contratos (lastro de venda) o agente é penalizado.

Pelas regras de mercado, o agente pode firmar contrato de compra de energia para constituir sua garantia física e assim reduzir sua exposição ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) e reduzir a penalidade por insuficiência de lastro.

A exposição ao mercado de curto prazo é calculada com base no PLD.

A penalidade será determinada com base no montante de insuficiência de lastro multiplicado pela média ponderada mensal dos PLD's dos períodos de apuração em que se verificou a insuficiência de lastro ou o Valor Anual de Referência (VR), o que for maior.

Em 2015, o valor do VR é de R\$ 80,69/MWh (R\$ 97,64/MWh em 2014) - conforme despacho SEM/ANEEL nº 289/2014.

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 32 Análise de sensibilidade

### 32.1 Moeda estrangeira

A Companhia não apresentou, em 30 de junho de 2015, saldos em moeda estrangeira a receber ou a pagar.

### 32.2 Taxa de juros

Foram realizadas análises de sensibilidade dos ativos e passivos indexados à taxa de juros pós-fixada em quatro diferentes cenários: dois com elevação das taxas do saldo devedor e dois com diminuição dessas taxas, ao final de 2015. As análises limitaram-se aos contratos concedidos que apresentem exposição à taxa de juros variável.

#### a) Depreciação dos índices

Passivos	Saldo em 30/06/2015	Índice (%)			Valor		
		Cenário provável em 2015	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário provável em 2015	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Selic	1.012.057	14,5000	10,8750	7,2500	1.085.431	1.067.088	1.048.744
IPCA	659.375	9,1200	6,8400	4,5600	689.443	681.926	674.409
<b>Total</b>	<b>1.671.432</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.774.874</b>	<b>1.749.014</b>	<b>1.723.153</b>

#### b) Apreciação dos índices

Passivos	Saldo em 30/06/2015	Índice (%)			Valor		
		Cenário provável em 2015	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário provável em 2015	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Selic	1.012.057	14,5000	18,1250	21,7500	1.085.431	1.103.775	1.122.118
IPCA	659.375	9,1200	11,4000	13,6800	689.443	696.959	704.476
<b>Total</b>	<b>1.671.432</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.774.874</b>	<b>1.800.734</b>	<b>1.826.594</b>

## 33 Saldos e transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada integral da Eletrobras. Até 30 de junho de 2015, a Companhia realizou transações com empresas do grupo Eletrobras conforme demonstrado abaixo:

Ativos	Clientes	Direito de ressarcimento - CCC/CDE	30/06/2015	31/12/2014
CEAL	161	-	161	275
CEPISA	144	-	144	140
CELG-D	715	-	715	720
ELETROBRAS	-	66.301	66.301	88.764
<b>Total do ativo</b>	<b>1.020</b>	<b>66.301</b>	<b>67.321</b>	<b>89.899</b>

# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivos	Fornecedores	Empréstimos e financiamentos	Dividendos a distribuir	Adiantamento para futuro aumento de capital	Outros passivos	30/06/2015	31/12/2014
FURNAS	62	-	-	-	-	62	253
CHESF	51	-	-	-	-	51	223
ELETROSUL	58	-	-	-	-	58	249
ELETRONORTE	11.973	-	-	-	-	11.973	38.793
ELETROBRAS	-	2.272.248	70.063	105.580	395	2.448.286	2.139.777
<b>Total do passivo</b>	<b>12.144</b>	<b>2.272.248</b>	<b>70.063</b>	<b>105.580</b>	<b>395</b>	<b>2.460.430</b>	<b>2.179.295</b>

Receitas	Venda de energia	Ressarcimento de combustíveis	30/06/2015	30/06/2014
CEAL	365	-	365	988
CEPISA	169	-	169	1.094
CELG-D	3.174	-	3.174	3.795
ELETROBRAS	-	79.227	79.227	58.151
<b>Total da receita</b>	<b>3.708</b>	<b>79.227</b>	<b>82.935</b>	<b>64.028</b>

Despesas	Compra de energia	Uso da rede elétrica	Despesa financeira	30/06/2015	30/06/2014
FURNAS	-	(975)	-	(975)	(1.013)
CHESF	-	(874)	-	(874)	(813)
ELETROSUL	-	(961)	-	(961)	(1.034)
ELETRONORTE	(89.000)	(893)	-	(89.893)	(72.133)
ELETROBRAS	-	-	(152.373)	(152.373)	(90.267)
<b>Total da despesa</b>	<b>(89.000)</b>	<b>(3.703)</b>	<b>(152.373)</b>	<b>(245.076)</b>	<b>(165.260)</b>

## 34 Compromissos operacionais de longo prazo

Os principais compromissos operacionais de longo prazo da Companhia são os seguintes:

### a) Venda de energia

A Companhia fornece energia de acordo com contratos firmados através dos seguintes leilões de energia:

- 4º Leilão de energia de empreendimentos já existentes: contratos vigentes até o ano de 2016;
- 1º Leilão de energia de novos empreendimentos: contratos vigentes até o ano de 2024.

Os saldos estimados relativos à venda de energia para os próximos anos estão mostrados a seguir:

	Venda de energia 4º leilão	
	R\$ mil	MWh
2016	38.100	283.700
<b>Total</b>	<b>38.100</b>	<b>283.700</b>

## Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Venda de energia 1º leilão	
	R\$ mil	MWh
2016	469.600	2.557.900
2017/2018	939.200	5.115.800
2019/2020	939.200	5.115.800
Após 2020	1.878.400	10.231.600
<b>Total</b>	<b>4.226.400</b>	<b>23.021.100</b>

### b) Aquisição de combustíveis

A Companhia adquire carvão mineral da Companhia Rio-grandense de Mineração (CRM), com a seguinte previsão para os próximos exercícios:

	Aquisição de carvão	
	R\$ mil	Toneladas
2016	131.421	3.288.000
2017/2018	262.843	6.576.000
2019/2020	262.843	6.576.000
Após 2020	525.685	13.152.000
<b>Total</b>	<b>1.182.792</b>	<b>29.592.000</b>

### c) Aquisição de insumos

A Companhia adquire cal, para controle das emissões de resíduos das suas usinas, com a seguinte previsão para os próximos exercícios:

	Aquisição de cal	
	R\$ mil	Toneladas
2016	40.498	101.380
2017/2018	80.997	202.760
2019/2020	80.997	202.760
<b>Total</b>	<b>202.492</b>	<b>506.900</b>

### d) Compra de energia

A Companhia mantém contratos de compra de energia com a Eletronorte. Abaixo, segue previsão de desembolso para os próximos exercícios:

	Compra de energia	
	R\$ mil	MWh
2016	184.212	1.182.240
2017/2018	368.424	2.364.480
2019/2020	337.224	2.139.840
Após 2020	459.036	2.872.800
<b>Total</b>	<b>1.348.896</b>	<b>8.559.360</b>



# Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 35 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência está demonstrada a seguir:

Risco	Data de vencimento			30/06/2015	31/12/2014
		Importância Segurada	Prêmio total	Prêmio a apropriar	Prêmio a apropriar
Responsabilidade Civil - Fases A, B e C	31.12.15	20.000	215	108	-
Riscos Operacionais Fase C	31.12.15	1.100.000	4.619	2.310	-
Riscos Operacionais Fases A e B	31.12.15	966.100	1.263	631	-
Roubo, Incêndio e Colisão	16.06.15	2.500	15	-	-
		<u>2.088.600</u>	<u>6.112</u>	<u>3.049</u>	<u>-</u>

## 36 Eventos subsequentes

### 36.1 Vencimento de contrato de concessão

O contrato de concessão nº 067/2000, das UTE's Presidente Médici (Fases A e B), São Jerônimo e Nutepa, encerrou em 07 de julho de 2015.

Conforme estabelecido no contrato de concessão e na legislação atinente ao assunto, a Eletrobras CGTEE formalizou, no tempo devido, o interesse na renovação da concessão das usinas, conforme descrito na nota 3.2.

Até o presente momento não há posição final do poder concedente sobre a manifestação da Companhia, e, portanto, até que o processo esteja encerrado, a Eletrobras CGTEE permanece explorando estas unidades nas bases atuais da referida concessão. A Companhia também destaca que o poder concedente não manifestou estimativa de prazo para conclusão do processo.

Não há, na legislação, indicação sobre quais bases precisas a referida concessão poderá ser renovada, não sendo possível definir impactos que afetarão a receita ou ativos da Companhia. Mesmo assim, a Eletrobras CGTEE mensurou possível valor de indenização, com base no Valor Novo de Reposição (VNR), conforme descrito na nota 3.3. A Companhia tem registrada uma provisão que reduz a zero o saldo contábil dos ativos das UTE's São Jerônimo, Nutepa e Presidente Médici (Fase A), refletindo expectativa de não indenização desses ativos em função da obsolescência deles.

A decisão sobre a renovação da concessão deverá ser objeto de análise interna da Companhia, após apresentação da posição do poder concedente.

\* \* \*

**Companhia de Geração Térmica  
de Energia Elétrica**

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras intermediárias em 30 de junho de 2015**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Sereno Chaise  
Presidente

Clóvis Ilgenfritz da Silva  
Diretor Financeiro e de Relações com o Mercado

Luiz Henrique de Freitas Schnor  
Diretor Técnico e de Meio Ambiente

Rubem Abrahão Gonçalves Filho  
Diretor de Operação

Sandro Figueiredo de Oliveira  
Diretor Administrativo

João Luis Lucas Maracci  
Contador CRC-RS 46.907